

PARECER INDEPENDENTE sobre a 1ª emissão de títulos sustentáveis da São Gabriel Saneamento S.A., em 2022

Valor da emissão: R\$ 70.000.00,00

Prazo de Vencimento: 2040 (18 anos)

Alinhamento com ODS

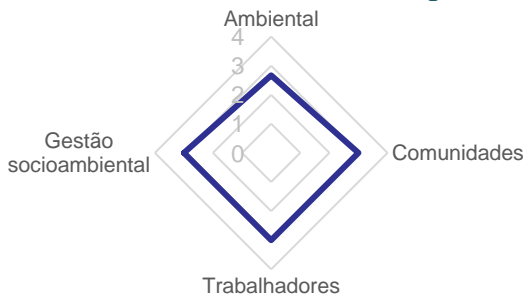


Alinhamento com categorias GBP/SBP

- Prevenção da contaminação de corpos hídricos e do solo;
- Conservação da biodiversidade
- Gestão sustentável dos recursos hídricos
- Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica

GBP/SBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de melhoria
Uso de Recursos	Confortável	Uso de recursos para reembolso (15,7%) e financiamento (84,3%) de infraestrutura de saneamento básico; Ampliação dos serviços de coleta de esgoto na área de concessão de 56% para 90% até 2024; Redução do índice de perdas no abastecimento de água de 30% para 25% até 2024; Uso de recursos alinhado com <i>Green e Social Bond Principles</i> .	Prazo de alocação futura de até 32 meses; Ativos investidos não são integralmente alinhados com critérios da CBI e Taxonomia da União Europeia;
Seleção e Avaliação de Projetos	Confortável	Ativos investidos haviam sido definidos em concessão de serviços de saneamento; Bom desempenho quanto a práticas ASG nos projetos e gestão de licenças e condicionantes ambientais; Investimentos irão beneficiar 62 mil pessoas com melhorias no serviço de saneamento local e acesso a coleta e tratamento de esgoto; Responsável pela operação dos ativos possui Sistema de Gestão Ambiental robusto, com base em padrão ISO 14.001, auditorias de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional;	-
Gestão de Recursos	Liderança	Debêntures incentivadas (Lei nº 12.431); Mecanismos de vencimento antecipado em caso de alteração no uso de recursos; Valor dos projetos elegíveis superiores aos valores da emissão; Os projetos elegíveis não foram objeto de outras emissões verdes ou rotuladas; Recursos para gastos futuros ficarão mantidos em ativos com baixo risco de contaminação temporária dos recursos (CDB com alta liquidez).	-
Relato	Confortável	Verificação externa em até 24 meses; Relatos dos indicadores ambientais e financeiros disponíveis ao público; Este Parecer será disponibilizado ao público.	Relato a ocorrer apenas até que os recursos sejam totalmente alocados; O relato de impactos socioambientais ocorrerá a partir de um recorte municipal.

Gestão socioambiental dos ativos elegíveis¹



Destaques ativos elegíveis

Pontos fortes

Sem interferência em áreas legalmente proibidas;
Sem conflitos em territórios quilombola e indígena;
Sistema de Gestão Ambiental com base na ISO 14.001;

Pontos de melhoria

Existência de Controvérsias relacionadas ao lançamento de efluentes sanitários fora dos padrões de exigência na antiga ETE do município administrada pela emissora.

¹ Em que 1 representa uma gestão socioambiental "insuficiente" dos ativos elegíveis, 2 representa uma gestão "satisfatória", 3 representa uma gestão "confortável" e 4 representa uma gestão "superior".

Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence), anteriormente conhecida como o Programa de Finanças Sustentáveis da SITAWI, é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment - IRRRI 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 170 operações de dívida ASG.

Sumário

Sobre a NINT	2
I. Escopo	3
II. Opinião	5
III. Performance socioambiental dos projetos	20
IV. Performance ASG da Emissora	29
Anexo I - Método	33
Anexo II - Características socioambientais dos serviços de saneamento básico 35	
Green and Social Bond Principles Form.....	41

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Sustentável (“*Sustainable Bond*”) da Emissão de Debêntures Simples, da São Gabriel Saneamento S.A (“SGS” ou “Emissora”).

Os recursos obtidos com a presente emissão serão utilizados para reembolso e financiamento de despesas e gastos relacionados a universalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. A emissão possui volume total de R\$ 70.000.000,00 e prazo de vencimento de 18 anos (2040). A escritura da emissão pontua a categorização das debêntures como uma emissão incentivada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional e deve observar o disposto na Lei nº 12.431/11.

A aplicação dos recursos nos projetos indicados promove a Gestão Sustentável da Água e Esgoto, categoria elegível a emissão de títulos temáticos conforme os GBP, e em Acesso a Infraestrutura Básica, categoria elegível conforme os SBP. Do ponto de vista ambiental, previne a poluição e promove a gestão ambiental sustentável dos recursos naturais. Do ponto de vista social, provê serviços básicos à população que vive em situação de vulnerabilidade a riscos sanitários, melhorando a qualidade de vida destas.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)², *Social Bond Principles* (SBP)³, *Sustainability Bonds Guidelines* (SBG)⁴, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵, os *Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC)*⁶ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos Internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Características da emissão baseada na análise da minuta da escritura das debêntures;
- Performance socioambiental do projeto de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da São Gabriel Saneamento a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Emissora, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre abril e dezembro de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;

² <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

³ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Social-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

⁴ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Sustainability-Bond-Guidelines-June-2021-140621.pdf>

⁵ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

⁶ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assegução em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A São Gabriel Saneamento pretende obter a classificação de Título Sustentável, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁷, a publicação NÃO PERCA ESSE BOND⁸, os *Green Bond Principles* (GBP), *Social Bond Principles* (SBP), *Sustainability Bonds Guidelines* (SBG), versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela NINT.

⁷ <https://esg.nintgroup.com/guia-emissao-titulos-verdes-no-brasil>

⁸ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>


II. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, as debêntures emitidas pela São Gabriel Saneamento S.A, (“Emissora”), estão em conformidade com os *Green Bond Principles (GBP)* e com os *Social Bond Principles (SBP)*, podendo ser rotulada como um Título Sustentável.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está em conformidade com os *Green Bond Principles (GBP)* e com os *Social Bond Principles (SBP)*. Os GBP e os SBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de como um produto financeiro se caracteriza como Verde ou Social. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no **Anexo I - Método**. Complementarmente a esses princípios, o *Sustainability Bond Guidelines* afirma que Títulos Sustentáveis são aqueles que atendem os quatro componentes dos GBP e dos SBP.

A aderência a esses princípios, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado, que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência. Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento da Debênture Sustentável da São Gabriel Saneamento S.A. com os quatro componentes dos GBP e SBP.

Quadro 1 - Descrição da análise dos GBP e SBP para o Título Sustentável.

Princípios e classificação	Análise e descrição
	<p>Descrição dos projetos e categorias financiadas: A presente emissão de debêntures possui volume total de R\$ 70.000.000 para financiamento de gastos futuros e reembolso de despesas relacionadas à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário que tem como objetivo a universalização dos serviços de água e esgoto no município de São Gabriel (RS).</p> <p>A oferta será realizada nos termos da Lei nº 12.431/11, que corresponde a uma emissão categorizada como incentivada. A receita levantada representa 99,8% do valor previsto para o projeto.</p> <p>Os recursos líquidos da emissão serão destinados para reembolso de despesas realizadas nos últimos 24 meses, e gastos futuros relacionados ao projeto, estimados para serem executados em até 32 meses, sendo 100% destinado ao CAPEX dos projetos elegíveis.</p> <p><u>Características dos Projetos Financiados - Abastecimento de Água:</u></p> <p>Segundo a Emissora, o Município de São Gabriel possui regiões com abastecimento de água precário, algumas com pressão maior do que 40 m.c.a. (metros de coluna d'água) e outras menores que 10 m.c.a., o que acarreta faltas de abastecimento ou serviços intermitentes, devido ao crescimento da cidade e o não investimento em infraestrutura para manter a cobertura dentro dos padrões de vazão e pressão⁹. Outro problema é o índice de perdas no sistema de abastecimento de água, que atualmente é de 30%.</p> <p>De acordo com o Banco Mundial¹⁰, a média do índice de perdas de faturamento é de 15% em países desenvolvidos, e de 35% em países em desenvolvimento.</p>

⁹ De acordo com a ABNT, NBR 12218/1994, a pressão estática máxima na rede hidráulica deve ser de 50 m.c.a e a pressão mínima dinâmica de 10mca. Contudo, observa-se que a pressão dinâmica mínima é recomendada ser maior ou igual a 15 m.c.a.

¹⁰ Do estudo: The Challenge of Reducing Non-Revenue Water (NRW) in Developing Countries (2006). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/385761468330326484/pdf/394050Reducing1e0water0WSS81PUBLIC1.pdf>

Os investimentos previstos no projeto de Universalização do Abastecimento de Água serão aplicados em perímetro urbano, com setorização, implantação de novas redes, substituição de redes antigas, construção e reforma de reservatórios e construção de elevatórias de água tratada. O regime de distribuição de água será alterado, passando a alimentar o reservatório diretamente pelas novas adutoras e realizando a distribuição a partir dos reservatórios elevados, apoiados e estações elevatórias.

O projeto de Abastecimento de Água iniciou as obras em abril de 2022 e beneficiará 62.105 habitantes. Serão implantados 11.928 metros de redes novas, com substituição de 21.900 metros de redes de água em estado avançado de depreciação. Serão ainda reformados 03 reservatórios elevados de água tratada, fazendo reforço estrutural, impermeabilização e pintura. Haverá também a construção de três reservatórios apoiados com volume de 200 m³ a 2.000 m³ de água tratada, além de 02 elevatórias de água tratada para regulação da pressão em zonas altas. As metas vinculadas ao projeto de universalização dos serviços de abastecimento de água para os próximos 48 meses são:

- Índice de Cobertura de Água = 99%;
- Índice de perdas de Água = 25%.

O atingimento das metas vinculadas a este projeto trará a benefícios como promoção da gestão ambiental sustentável dos recursos hídricos, bem como a preservação e conservação dos recursos naturais, plena oferta de abastecimento de água para todos os usuários e a manutenção da cobertura de água durante todo o período contratual da concessão, que se iniciou em 2012 e tem duração prevista até 2042.

Por fim, o atingimento das metas trará a conformidade do sistema de abastecimento de água e, em relação ao Plano Nacional de Saneamento Básico, que determina que o índice de perdas de água na distribuição deve ser inferior a 29% na Região Sul do País até 2033.

Esgotamento Sanitário:

Antes do início do regime de concessão assumido pela Emissora, em maio de 2012, o município de São Gabriel contava com uma cobertura do sistema de esgotamento sanitário de apenas 13%. Esse sistema compreende o conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços que tem como objetivo coletar e tratar os esgotos domésticos para evitar a proliferação de doenças e a poluição de corpos hídricos¹¹.

Para atendimento da legislação federal, foram então concedidos os serviços de água e esgoto no município, fixando como meta o atingimento do índice de cobertura do sistema de coleta de esgoto sanitário em 90% do território municipal até 2024. Destacase que o índice de cobertura disponível em dezembro de 2021 correspondia a 57,21%.

O sistema de esgotamento sanitário previsto é do tipo separador absoluto, composto por 18 sub bacias, 18 estações elevatórias de esgoto, suas respectivas linhas de recalque e 1 estação de tratamento de esgoto. Atualmente o projeto de ampliação do sistema de esgotamento sanitário está em execução de forma ininterrupta desde maio de 2019 e encontra-se 61,89% implantado. As principais obras previstas no projeto são:

- Substituição de ETE por nova unidade com maior porte e eficiência;
- Ampliação de uma ETE para capacidade de tratar 108 L/s;
- Implantação de 18 elevatórias de esgoto;
- Implantação de 124 km de redes, interceptores, coletores troncos de esgoto;
- Implantação de 12.983 ligações prediais de esgoto.

¹¹ <http://www.snis.gov.br/componentes/menu-snis-componente-agua-e-esgotos#:~:text=Um%20sistema%20de%20esgotamento%20sanit%C3%A1rio,ap%C3%B3s%20seu%20lan%C3%A7amento%20na%20natureza.>

	<p>O atingimento da meta vinculada a este projeto trará como benefícios a preservação dos recursos naturais, plena oferta de coleta e tratamento de esgoto para 90% da população municipal e a manutenção da cobertura de esgotamento sanitário durante todo o período contratual.</p> <p>A Estação de Tratamento de Esgoto encontra-se com a obra da 1º etapa 100% concluída e em operação com capacidade de tratamento de 54 L/s. A tecnologia da ETE é composta por sistema de tratamento combinado, físico-químico + biológico. O tratamento do lodo é feito através de sistema de desidratação por decantador e destinação para locais licenciados para recebimento. Com a conclusão do projeto a vazão final de tratamento corresponderá a 108 L/s abrangendo cobertura de 90% do sistema, beneficiando 62.105 habitantes.</p> <p>Benefícios ambientais do setor de saneamento:</p> <p>O conceito de Saneamento Básico é guiado pelo princípio da universalização que consta na Constituição Federal de 1988 e que tem como objetivo oferecer o serviço de coleta e tratamento de esgoto doméstico a toda a população e, ainda, o abastecimento de água encanada dentro dos critérios de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).</p> <p>As atividades de Tratamento de Efluentes domésticos e de Redução de Perdas de Água possuem diversos benefícios ambientais associados. A destinação correta do efluente doméstico <u>previne a contaminação de corpos hídricos e do solo</u>, bem como <u>promove a conservação da biodiversidade</u>, por meio da melhoria da qualidade da água dos sistemas hídricos. Ademais, Sistemas de Redução de Perdas de Água, assim como a Ampliação dos Sistemas e Redes de Abastecimento de Água incluindo infraestrutura sustentável para água limpa e/ou potável, sistemas de drenagem urbana sustentáveis, reabilitação das áreas marginais e outras formas de mitigação de inundações <u>promovem a gestão ambiental sustentável destes mesmos corpos</u> (os trechos sublinhados representam categorias listadas pelos <i>Green Bond Principles</i>).</p> <p>Perdas de água são inerentes a redes de distribuição de sistemas de abastecimento, de acordo com o estudo ‘Panorama do Saneamento Básico no Brasil’¹², em 2020 o índice de perdas de faturamento total no Brasil (IN013) foi de 37,5%, representando uma perda superior a R\$ 12 bilhões. Já o ‘Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto (SNIS, 2021)¹³ indicou que o índice de perdas na distribuição (IN049) foi de 40,1%, representando 6,5 bilhões de m³ de água. De acordo com o Banco Mundial¹⁴, a média do índice de perdas de faturamento é de 15% em países desenvolvidos, e de 35% em países em desenvolvimento.</p> <p>Segundo o estudo, as perdas reais afetam diretamente os custos de produção e a demanda hídrica, e elevados níveis de perdas levam a captação e produção superior ao volume efetivamente demandado. Isso leva a, entre outros, maior necessidade de produtos químicos para tratamento, energia para bombeamento, maior necessidade de manutenção, e desnecessária pressão sobre as fontes de abastecimento do recurso hídrico.</p> <p>Ademais, ainda de acordo com o estudo ‘Perdas de Água 2020 (SNIS 2018): Desafios para Disponibilidade Hídrica e Avanço da Eficiência do Saneamento Básico’¹⁵, as perdas de água têm efeito direto no consumidor, pois há repasses para as tarifas. Dessa forma, a</p>
--	---

12

http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

¹³ [http://www.snis.gov.br/diagnosticos/agua-e-esgotos#:~:text=Diagn%C3%B3stico%20anual%20de%20C3%81gua%20e%20Esgoto%202021%20\(ano%20de%20refer%C3%Aancia%202020\)&text=Desde%201995%2C%20o%20SNIS%20coleta.panorama%20geral%20para%20o%20pa%C3%ADs.](http://www.snis.gov.br/diagnosticos/agua-e-esgotos#:~:text=Diagn%C3%B3stico%20anual%20de%20C3%81gua%20e%20Esgoto%202021%20(ano%20de%20refer%C3%Aancia%202020)&text=Desde%201995%2C%20o%20SNIS%20coleta.panorama%20geral%20para%20o%20pa%C3%ADs.)

¹⁴ Do estudo: The Challenge of Reducing Non-Revenue Water (NRW) in Developing Countries (2006). Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/385761468330326484/pdf/394050Reducing1e0water0WSS81PUBLIC1.pdf>

¹⁵ http://tratabrasil.org.br/images/estudos/Relat%C3%B3rio_Final_-_Estudo_de_Perdas_2020_-_JUNHO_2020.pdf

	<p>redução de perdas tem o potencial benefício social de redução das tarifas associadas a usuários finais.</p> <p>De acordo com as diretrizes ambientais e de saúde e segurança (<i>EHS Guidelines</i>)¹⁶ para Água e Saneamento da <i>International Finance Corporation</i> (IFC), a perda de água ao longo de sua distribuição é uma questão associada ao setor que deve ser prevenida e minimizada, pois pode aumentar a demanda sobre as fontes de água, sobre químicos usados para tratamento, e sobre a energia usada para bombeamento e tratamento. Além disso, a diretriz considera que vazamentos de água podem comprometer a integridade do sistema por conta de diminuição de pressão, podendo reduzir a qualidade da água (com a entrada de água contaminada no sistema).</p> <p>Quanto aos impactos ambientais positivos, a redução do desperdício de água potencialmente postergaria a necessidade de ampliação de sistemas e, portanto, a exploração de novas mananciais, preservando o recurso de forma sustentável e diminuindo o risco de escassez de água em regiões constantemente afetadas pelas secas, agravadas pelas mudanças climáticas. Vale mencionar que, de acordo com o World Resources Institute (WRI)¹⁷, a maior parte do Rio Grande do Sul tem um risco de seca médio-alto (60-80%).</p> <p>Ademais, a redução nas perdas de água, e conseqüente redução de desperdício de água e necessidade de exploração de novas fontes de obtenção pode gerar redução no custo para consumidores, podendo auxiliar no atingimento da universalização do saneamento de água. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, são necessários entre 50 e 100 litros de água por pessoa por dia para garantir que suas necessidades básicas sejam atendidas¹⁸.</p> <p>Além dos benefícios descritos, um estudo publicado na <i>Nature</i>¹⁹ em maio de 2020 aponta que sistemas de saneamento adequados podem contribuir para a <u>mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por dois grandes canais de transmissão</u>. De forma direta, pela redução de excretas a céu aberto e de sua emissão associada. E de forma indireta, por economia de energia para tratamento de água e solo poluído, resultando em emissões evitadas de GEE.</p> <p>Benefícios sociais do setor de saneamento:</p> <p>Atualmente, no Brasil, são 35 milhões de pessoas sem água tratada e 100 milhões (praticamente metade da população nacional, de 209,3 milhões) sem coleta de esgoto²⁰. A falta destes serviços possui reflexos diretos em mazelas como a maior ocorrência de doenças (e mortes) evitáveis e os decorrentes gastos hospitalares, redução da produtividade de trabalhadores e do desempenho de crianças e jovens em idade estudantil, danos ambientais e a perdas de potencial turístico e de mercado imobiliário.</p> <p>O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)²¹, aprovado em 2013 pelo Decreto n° 8.141/2013 e pela Portaria Interministerial n° 571/2013, é um dos principais instrumentos da política federal de saneamento básico. À época de sua publicação, o Plansab tinha como meta, a necessidade de investimento de R\$ 508,5 bilhões entre 2014 e 2033 para a expansão e reposição do saneamento básico no Brasil, considerando os valores de dezembro de 2012. Desse valor total, estimava-se, aproximadamente R\$ 122,1 bilhões para abastecimento de água e R\$181,9 bilhões em esgotamento sanitário²².</p>
--	---

¹⁶ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/0d8cb86a-9120-4e37-98f7-cfb1a941f235/Final%2B-%2BWater%2Band%2BSanitation.pdf?MOD=AJPERES&CVID=jkD216C>

¹⁷ <https://www.wri.org/applications/aqueduct/water-risk-atlas>

¹⁸ https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief.pdf

¹⁹ Dickin, S., Bayoumi, M., Giné, R. *et al.* Sustainable sanitation and gaps in global climate policy and financing. *npj Clean Water* 3, 24 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41545-020-0072-8>. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41545-020-0072-8>

²⁰ https://oglobo.globo.com/economia/falta-de-saneamento-prejudica-economia-acentua-desigualdades-24279448?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar

²¹ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>

²² https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/relatorio_anual_avaliacao_plansab_2014_15122015.pdf

No entanto, no período de 2014 a 2018, houve uma redução de 12,3% nos investimentos totais em água e esgoto no Brasil. Em 2018, o investimento em abastecimento de água foi de R\$ 5,7 bilhões, 7,1% inferior ao investimento realizado em 2014. No mesmo ano, o investimento no abastecimento de esgoto reduziu 30,9%. Entre 2014 e 2018, a média anual de investimentos no setor foi de R\$ 13,0 bilhões, 53% da meta de investimento anual Plansab de R\$ 24,9 bilhões anuais, considerando os valores de 2018²³.

Com o Novo Marco Legal do Saneamento²⁴ (Lei Federal 14.026/2020), o Brasil reitera a busca pela universalização dos serviços de saneamento básico com o compromisso de atingir 99% de abastecimento de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033. Por fim, em 2020, os investimentos realizados no setor de saneamento foram da ordem de apenas R\$13,7 bilhões, valor insuficiente para que as metas do novo marco sejam alcançadas²⁵.

Adicionalmente, o gerenciamento do controle de perdas no abastecimento de água não apenas beneficiaria à empresa como à sociedade e ao meio ambiente. A correta execução de um programa de redução de perdas de água potável, além de reduzir custos e aumentar a receita, facilitaria a ampliação da cobertura do abastecimento de água, isto é, contribuiria ao alcance da meta de universalização do acesso ao serviço como estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB²⁶) para 2033, permitindo uma melhoria da qualidade de vida da população em vários aspectos, sobretudo na saúde pública²⁷.

Desta forma, esse é um setor com alta necessidade de investimento em infraestrutura e com alto potencial de geração de benefícios socioambientais, como melhoria da saúde pública e preservação dos recursos hídricos. Mais detalhes sobre a relevância e benefícios dos serviços de saneamento básico são apresentados no **Anexo II** deste relatório.

Identificação da população alvo vulnerável: O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)²⁸ define vulnerabilidade como as características e circunstâncias que dão susceptibilidade ao impacto de um processo potencialmente perigoso por fatores sociais, econômicos e ambientais. Outros estudos reforçam ainda que condições de vida precárias, necessidades básicas insatisfeitas, como a insegurança de abastecimento, má qualidade de água e não acesso a saneamento básico, constituem objetivamente em um fator de desvantagem social e vulnerabilidade (Malta, 2018²⁹; Ezbakhe, Giné-Garriga, Pérez-Foguet, 2019³⁰, UNECE & WHO Regional Office for Europe, 2012³¹).

Assim, considerando que parte dos recursos obtidos com a presente emissão serão destinados para ampliação do sistema de saneamento, observa-se também adicionalidade e impacto positivo sobre comunidades em situação de vulnerabilidade. A caracterização da população-alvo que será beneficiada com os investimentos financiados é indicada na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Indicadores médios de acesso a serviços de saneamento básico e socioeconômicos comparados com médias estaduais

Município	Internações por diarreia *		Mortalidade infantil **		População sem Esgoto	
	Indicador municipal	Média (RS)	Indicador Municipal	Média (RS)	Indicador Municipal	Média (RS)

²³ https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Relato%CC%81rio_Completo.pdf

²⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm

²⁵ https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_do_Saneamento_2022/Press_Relase_do_Ranking_do_Saneamento_-_Trata_Brasil_2022.pdf

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>

²⁷ Estudo “Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento no Brasil”, 2018. Disponível em: [Capa.cdr \(tratabrasil.org.br\)](https://tratabrasil.org.br)

²⁸ Acesso em: https://www.preventionweb.net/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf

²⁹ Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Fernanda_Siqueira_Malta.pdf

³⁰ Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.05.207>

³¹ Disponível em: https://unece.org/fileadmin/DAM/env/water/publications/PWH_No_one_left_behind/No_one_left_behind_E.pdf

São Gabriel	0,90	0,44	11,36	9,79	42,79%	67,90%
<p>A Tabela 1 demonstra que em uma comparação regional, o município de São Gabriel possui índices piores que a média dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 11.36 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.9 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 185 de 497 e 217 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2.750 de 5.570 e 2.577 de 5.570, respectivamente.</p> <p>No que se refere às doenças transmitidas por veiculação hídrica, a taxa de internações por diarreia a cada mil habitantes no Brasil foi de 1,01 em 2019. É importante destacar que esse valor foi calculado a partir das internações por diarreia em 2019³³ (212.666) e a população³⁴ do país no mesmo ano (210.147.125), segundo consulta no Painel de Saneamento.</p> <p>Analisando a média das internações por diarreias no município de São Gabriel (0.9), pode-se notar que a taxa das internações por diarreia é muito próxima à taxa nacional, o que sinaliza a necessidade de uma maior cobertura e eficiência nos serviços de saneamento no município. Mais informações a respeito da relevância e benefícios sociais atrelados aos serviços de saneamento são apresentados no Anexo II deste relatório.</p> <p>Alinhamento do Uso de Recursos com standards de sustentabilidade: A rigor, atividades de abastecimento de água e gestão de redes de esgoto possuem alinhamento aos <i>standards</i> de sustentabilidade, desde que atendam a critérios adicionais de adaptação, resiliência (no caso da <i>Climate Bonds Initiative</i> - CBI³⁵), e de eficiência energética (no caso da Taxonomia da União Europeia³⁶). Mesmo assim, entende-se que existe adicionalidade em investir em sociedades que produzam esses ativos, dado que no contexto brasileiro ainda se está buscando a universalização desses serviços. Seus benefícios sociais e ambientais associados são indicados detalhadamente no Anexo II deste parecer.</p> <p>Para além dos benefícios ambientais mencionados anteriormente, os investimentos na universalização do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário está alinhado aos Social Bond Principles (SBP)³⁷, pois promovem <u>infraestrutura básica</u> para população que vive em situação de <u>pobreza</u> e <u>vulnerabilidade</u> a riscos sanitários. Os trechos sublinhados representam categorias e população alvo listadas pelo SBP. Além disso, essas atividades estão direta e indiretamente associadas ao desenvolvimento econômico local.</p> <p>De acordo com o Sustainability Bond Guidelines (SBG)³⁸, o alinhamento com esses dois standards (GBP e SBP) permite caracterizar a emissão como sustentável. A Tabela 2 lista os projetos elegíveis ao título sustentável, correlacionando-os com seus benefícios socioambientais esperados e alinhamento aos <i>Green e Social Bond Principles</i>.</p>						
Descrição do uso de recursos (UoP)	Alinhamento com categorias GBP	Alinhamento com categorias SBP	Benefícios socioambientais			

³² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>

³³ https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=0&SE%5Bs%5D=1&SE%5Bid%5D=INT_DIARREIA

³⁴ <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=0&SE%5Bs%5D=1&SE%5Bid%5D=POP>

³⁵ <https://www.climatebonds.net/files/files/CBI-WaterCriteria-03B.pdf>

³⁶ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy-annexes_en.pdf

³⁷ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Social-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

³⁸ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Sustainability-Bond-Guidelines-June-2021-140621.pdf>

Ampliação da rede de abastecimento de água	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria na qualidade da água tratada; - Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.
Programas de redução das perdas de água	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	<ul style="list-style-type: none"> - Eficiência na gestão dos recursos hídricos - Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.
Ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenção da contaminação de recursos hídricos; - Conservação da biodiversidade; - Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; - Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.

Alinhamento com a agenda 2030

Não obstante, os projetos alvos desta emissão estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. Mais especificamente ao ODS 3 ('Saúde e Bem-Estar') e ao ODS 6 ('Água Potável e Saneamento'), considerando as seguintes submetas:


3.2 - "Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos";

3.3 - "Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis";

3.9 - "Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo";

6.1 - "Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos";

6.2 - "Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade";

	<p>6.3 - “Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”;</p> <p>6.4 - “Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água”;</p> <p>6.6 - “Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos”;</p> <p>Desta forma, são evidenciadas as melhorias em âmbito social e ambiental que acompanham os investimentos em saneamento e que o objetivo e o uso dedicado de recursos levantados com esta emissão de debêntures possuem externalidades ambientais e sociais positivas, prioritárias para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>A classificação do quesito “Uso de Recursos”, referente ao <i>Green e Social Bond Principle 1</i> foi entendida como Confortável. As lacunas encontradas dizem respeito (i) ao não atendimento dos critérios setoriais da CBI e Taxonomia da União Europeia para o setor de Infraestrutura de Água e Esgoto e; (ii) prazo de alocação futura dos recursos nos projetos elegíveis é superior a 24 meses.</p>
<p>Processo de seleção e avaliação de projetos</p> 	<p>Alinhamento da emissão com estratégias da Emissora: A São Gabriel Saneamento S.A. assumiu a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade no dia 9 de maio de 2012. A escolha pela São Gabriel Saneamento para gerir os serviços por 30 anos, em regime de concessão, resultou de um processo de licitação pública conduzido pela Prefeitura Municipal para escolha de uma empresa que por força de um contrato viesse a garantir que os investimentos e as melhorias necessárias à universalização dos serviços de água e esgoto no município definidos no Plano Municipal de Saneamento se concretizassem³⁹.</p> <p>Nesse sentido, o objetivo da emissora com a presente emissão é financiar os investimentos relacionados a universalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de São Gabriel / RS.</p> <p>A empresa possui como Missão “Assegurar o abastecimento de água e esgotamento sanitário com qualidade, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população de São Gabriel”. Além disso, a Emissora tem como Visão “Ser referência em saneamento básico no Rio Grande do Sul, através da modernização e otimização dos processos operacionais e da universalização do tratamento de água e esgoto”⁴⁰.</p> <p>Dentre os objetivos estabelecidos pela emissora em seu <i>website</i> institucional estão a modernização e ampliação o sistema de abastecimento de água no município, bem como a implantação do sistema de esgoto sanitário na cidade para atender a toda a população local⁴¹. Frente ao exposto, considera-se que a emissão do Título Sustentável está alinhada à sua missão e estratégia</p> <p>Processo de seleção e avaliação dos projetos: Os ativos alvo desta emissão são também objeto de contrato de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, entre a emissora e o município de São Gabriel/RS. Por meio deste instrumento, a companhia se obriga, por força contratual, a gerenciar e mitigar riscos socioambientais, bem como atingir metas de expansão da cobertura e tratamento de esgoto na região atendida pela concessão, passando de 13% para 90% até 2024. Bem como reduzir o índice de perdas de 30% para 25% em 48 meses (2024).</p>

³⁹ <https://www2.sgssa.com.br/institucional/historico/>

⁴⁰ <https://www2.sgssa.com.br/wp-content/uploads/2018/06/politicas-sgs.pdf>

⁴¹ <https://www2.sgssa.com.br/institucional/metasp/>

Cabe destacar que em função dos ativos alvo serem objeto da concessão administrativa, não houve processo de seleção de investimentos. Dessa forma, os investimentos em execução de obras de infraestrutura em esgotamento sanitário, melhorias e manutenção, operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a realização de programas comerciais em gestão e redução de fraudes e irregularidades foram pré-definidos no contrato de concessão.

O acompanhamento das credenciais ambientais e sociais dos projetos que receberão os recursos desta emissão ficará a cargo do Coordenador Administrativo e Gerente Executivo da São Gabriel Saneamento S.A.

Gestão dos impactos socioambientais adversos: A Emissora conta com um Sistema de Gestão Integrado com base nos padrões ISO 14.001; ISO 9.001 e ISO 45.001, bem como de um conjunto de procedimentos e normas operacionais que buscam um controle socioambiental efetivo para realizar o acompanhamento de requisitos legais relacionados a operação da unidade. Além disso, a Companhia possui contrato com empresa especializada para aprimorar a gestão socioambiental na empresa e conta com rotinas de auditorias tanto internas quanto de fornecedores, assim como um Sistema de Gestão de Conformidade Legal que utiliza um Software para a gestão dos indicadores.

Por meio dessa ferramenta são monitoradas as licenças, outorgas, documentos ambientais e atendimento das condicionantes, de forma a avaliar a conformidade das operações. Esse status é apresentado à alta administração, em reuniões avaliação de resultados.

Anualmente, a emissora realiza uma verificação interna a fim de mapear os aspectos e avaliar os impactos ambientais dos processos, atividades e serviços desenvolvidos pelas unidades, bem como os critérios para avaliar a significância dos impactos, visando estabelecer medidas de controle para assegurar o atendimento a requisitos legais, ambientais e às políticas internas da empresa. Nesse sentido, a empresa conta com procedimentos de avaliação de riscos e oportunidades socioambientais do negócio.

Foi ainda analisada a performance socioambiental dos projetos elegíveis a esta emissão (**Anexo II**), incluindo suas respectivas licenças ambientais e foi constatado que estão vigentes. Adicionalmente, a Emissora apresentou relatórios de atendimento às condicionantes ambientais emitidos a partir de seu *software* interno de monitoramento. Destaca-se que em relação aos padrões de avaliação da qualidade da água, a companhia apresentou dados que reportavam o atendimento de 100% dos parâmetros exigidos nas condicionantes da licença ambiental.

Em relação aos efluentes sanitários, o artigo 16 da Resolução CONAMA nº 430/2011 define 60% como a eficiência mínima de redução da carga poluidora do despejo, considerando Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) 5 dias, 20°C. O projeto de tratamento de esgoto financiado substituiu a antiga ETE do município. A nova ETE, licenciada em novembro de 2021 (L.O.2872/2021), entrou em operação em março de 2022.

Segundo informado pela Emissora, a antiga estação de tratamento (L.O.R. 3096/2018) foi herdada quando a Companhia assumiu a concessão dos serviços de saneamento no município, e se encontrava tecnicamente inadequada para tratamento adequado de esgoto e possuía vazão de apenas 17 L/s. Por esse motivo se fez necessário a construção de uma nova unidade de tratamento de esgoto com adequações e melhorias no tratamento para atingir a eficiência exigida quanto aos padrões de lançamento. Esta ETE foi desativada no fim de março de 2022. Mais detalhes sobre esse aspecto são encontrados na seção **Análise de Controvérsias**.

A nova ETE iniciou recentemente suas atividades e opera com vazão de 54 L/s. Com a conclusão dos projetos de universalização dos serviços de esgotamento sanitário, que contempla a ampliação desta ETE, a vazão da estação alcançará o dobro da capacidade atual, e irá operar com vazão de 108 L/s. Dessa forma, espera-se que com a obtenção

dos recursos ocorra a melhoria da qualidade do serviço prestado, refletindo na melhoria da qualidade de vida e diminuição de problemas sanitários como diarreia e desnutrição. Além disso, é esperada a evolução da eficiência no uso de recursos com a redução do desperdício de água nas operações.

Benefícios Socioambientais esperados: No que se refere a coleta e tratamento de esgoto, a principal causa de poluição está relacionada a carga orgânica dos efluentes sanitários e que sem o devido tratamento causam danos significativos aos recursos hídricos. Nesse sentido, a atuação da Emissora possibilita implementar medidas apropriadas para evitar e mitigar esses danos, uma vez que substitui sistemas de tratamento intensivos de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) tais como fossas sépticas ou ainda seu despejo irregular diretamente nos corpos hídricos, caminhando na direção da universalização do tratamento de esgoto no país.

Complementarmente, a gestão das perdas de água reduz indiretamente o consumo de energia em todo o sistema de abastecimento de água, permitindo assim reduções significativas das emissões de GEE do sistema de abastecimento de água.

As perdas de água nos sistemas de abastecimento representam a diferença entre o volume de água produzido nas estações de tratamento e o volume de água efetivamente consumido pelos usuários. Ou seja, as perdas de água correspondem à água que foi tratada, que consumiu recursos financeiros, e que acabou sendo desperdiçada. A grande maioria das perdas ocorre por conta de vazamentos nos sistemas de abastecimento ou por ligações clandestinas, além de falhas de leitura por conta da utilização de hidrômetros antigos nos imóveis dos clientes⁴².

As medidas de gerenciamento de perdas de água consistem, entre outras: controle ativo de vazamentos, gerenciamento de pressão, velocidade e qualidade dos reparos, gerenciamento de infraestrutura e ativos (incluindo manutenção), medição e monitoramento e relatórios.


Várias medidas de eficiência energética podem reduzir diretamente o consumo de energia em um sistema de abastecimento de água, permitindo reduções significativas das emissões de GEE, estas são, entre outras: uso de fontes de captação de água mais eficientes em substituição a outras mais exigentes, por exemplo, fontes superficiais em vez de fontes subterrâneas, sistemas de bombeamento mais eficientes, entre outros.

Os indicadores e metas para os componentes do saneamento básico no País e nas macrorregiões nacionais foram definidos pelo Plansab para serem alcançadas até 2033, e foram aqui comparadas com as metas estabelecidas no contrato de concessão administrado pela Emissora. Essa comparação é apresentada na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Metas Plansab (2033) x Metas da Emissora (2024).

Indicador	Meta Brasil	Meta Região Sul	Meta projetos São Gabriel
A1. % de domicílios urbanos e rurais abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	96,1	99,5	99,0
A2. % de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	98,2	99,7	99,0
A6. % do índice de perdas de água na distribuição	34,0	32,0	25,0
E1. % de domicílios urbanos e rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	80,5	86,0	90,0

⁴² http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

	<p>E2. % de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários</p>	84,8	87,1	90,0
	<p>E4. % de tratamento de esgoto coletado</p>	78,8	88,4	90,0
<p>Gestão de Recursos</p> 	<p>Adicionalmente, a emissora apresentou como evidência o Quadro de Acompanhamento das Metas e Objetivos da Concessão de Serviços de Água e Esgoto de São Gabriel, o documento atualizado no fim de novembro de 2021 aponta que atualmente o Índice de Cobertura do Sistema de Distribuição de Água (CBA) atinge 100% do município, enquanto o Índice de Perdas no Sistema de Distribuição (IPD) chega a 25,3% no cenário atual.</p> <p>Apesar das metas estipuladas na concessão dos projetos de universalização dos sistemas de abastecimento de água no município de São Gabriel não atenderem integralmente as metas regionais para o Estado do Rio Grande do Sul, observa-se que os projetos propostos pela emissora contribuem substancialmente para o atingimento das metas nacionais definidas no PLANSAB e em menor prazo (2024). Assim, o menor percentual de perdas da Emissora, comparado ao percentual nacional, indica que as operações da empresa são mais eficientes.</p> <p>Complementarmente, observa-se que as metas propostas e desempenho atual dos projetos sistemas de coleta e tratamento de esgoto são mais ambiciosas que as metas regionais e nacionais, e dessa forma contribuem para o avanço da universalização desses serviços no País.</p> <p>Ademais, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia considera que a coleta, tratamento e distribuição de água é elegível para operações financeiras verdes quando cumpre o critério de eficiência energética de 0,5 kWh por m³ de água. Considerando as evidências apresentadas, o consumo de energia entre 2019 e 2021, que chegou a uma média de 131.647 kWh/ano, e analisando-o em função do volume de produzido e distribuído pela empresa no mesmo período (339.954 m³/ano), entende-se que os sistemas de abastecimento de água da São Gabriel Saneamento têm um alto grau de eficiência energética, chegando a 0,39 kWh/m³, estando assim abaixo dos 0,50 kWh/m³ estipulado como limite máximo pela taxonomia da União Europeia.</p> <p>Por fim, destaca-se que os projetos também apresentam alinhamento com a subcategoria “<i>Improving access to good-quality drinking water</i>” da Taxonomia de Finanças Sociais da União Europeia⁴³.</p> <p>Com base em nossa avaliação, o processo de Seleção e Avaliação de Projetos possui alinhamento <u>Confortável</u> com os <i>Green e Social Bond Principles</i>. A lacuna encontrada diz respeito à <u>Existência de Controvérsias</u> relacionadas ao lançamento de efluentes sanitários fora dos padrões de exigência na antiga ETE do município administrada pela emissora.</p> <p>Características da emissão: Como mencionado na seção Uso de Recursos, os recursos líquidos da emissão serão direcionados para projetos de ampliação do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de São Gabriel/RS, e serão alocados em até 32 meses após a emissão. Existe ainda previsão para reembolso de gastos executados nos últimos 24 meses.</p> <p>Do montante de R\$ 70.000.000,00, 15,7% será destinado para reembolso e 84,3% destinado para gastos futuros. 100% dos recursos líquidos da emissão serão destinados ao CAPEX dos projetos elegíveis. A emissão possui prazo de vencimento de 18 anos (2040). Os gastos foram comprovados através de documentos internos da empresa e documentos enviados para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR).</p>			

⁴³ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/280222-sustainable-finance-platform-finance-report-social-taxonomy.pdf

A escritura da emissão pontua a categorização das debêntures como uma emissão incentivada, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Desenvolvimento Regional e devem observar o disposto na Lei nº12.431/11 quanto ao controle e comprovação de gastos. A não observância dessas normas implica em perda do benefício financeiro gerado pelo tratamento tributário especial.

Destaca-se que os projetos nunca foram objetos de outras emissões temáticas. Além disso, como evidenciado a partir da Tabela 4 a seguir, a emissão representa 99,8% do valor dos projetos a serem financiados.

Tabela 4 - Previsão orçamentária dos projetos e alocação dos recursos.

Projeto	Projeto	Alocação Futura	Reembolso
	Valor Total	Valor	Valor
Abastecimento de Água	R\$ 33,0 MM	R\$ 33,0 MM	-
Esgotamento Sanitário	R\$ 37,1 MM	R\$ 26,1 MM	R\$ 10,9 MM
Total	R\$ 70,1 MM	R\$ 59,1 MM	R\$ 10,9 MM

Procedimentos para gestão dos recursos: A escritura da emissão traz cláusulas de vencimento antecipado caso os recursos sejam alocados diferentemente do previsto na destinação do recurso, o que reduz o risco do mesmo ser usado para outros fins. Há também uma cláusula que se aplica para o caso de não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das suas atividades. Isso reduz o risco do Título estar em desconformidade socioambiental e se desalinhar aos *Green e Social Bond Principles*.

Recursos temporariamente não alocados: Os recursos oriundos da presente emissão serão mantidos em conta corrente separada sendo alocados de acordo com o cronograma físico-financeiro dos projetos, podendo parte dos recursos ser usada para alocação temporária em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com alta liquidez. Desse modo, a alocação temporária destes apresenta baixo risco de contaminação dos recursos por atividades carbono intensivas.

Com base em nossa avaliação, não foram encontradas lacunas quanto ao atendimento do requisito “Gestão dos Recursos”, portanto, possui alinhamento em nível de liderança com os *Green e Social Bond Principles*.

A Emissora se compromete a divulgar as informações acerca da alocação de recursos e benefícios socioambientais do projeto até que os recursos destinados a gastos futuros sejam totalmente alocados.

As informações financeiras e os benefícios ambientais serão divulgados para os debenturistas, e publicamente através de informações do relatório socioambiental anual, sendo segregadas por projeto. Também, os compromissos descritos neste Parecer serão objeto de verificação externa por parte da NINT para verificação do uso dos recursos e indicadores em até 24 meses.

Destaca-se, ainda, que a empresa se compromete tornar público este o parecer de segunda opinião para investidores e demais partes interessadas, através de plataformas de comunicação da Companhia (Website, redes sociais, comunicados internos, dentre outros). Os indicadores a serem relatados são:

Indicadores Financeiros:

- a. Alocação dos recursos futuros, por projeto (em R\$);
- b. Recursos alocados temporariamente em outros instrumentos que não o projeto (em R\$);

Relato



	<p>Indicadores Sociambientais: Os indicadores socioambientais serão reportados a nível municipal, uma vez que os projetos trarão benefícios diretos para a população da localidade atendida. Os indicadores a serem reportados serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> c. Status do licenciamento ambiental dos projetos (incluindo número da licença, órgão emissor e validade); d. Volume de esgoto tratado (m³); e. População atendida pelo serviço (#); f. Famílias atendidas pelo serviço (#); g. <u>Sistema de Esgotamento sanitário</u>: eficiência do Tratamento (%); h. Quantidade de medições de efluente sanitário tratado dentro e fora dos padrões de lançamento estabelecidos na licença ambiental (3 e %); i. <u>Abastecimento de Água</u>: Percentual de perdas (%); j. Volume de tratamento adicionado (esgoto: m³/h e água: l/s); k. Aumento do percentual médio da população atendida; <p>Indicadores socioeconômicos para reporte: Os indicadores socioeconômicos da população atendida pela Emissora através de sua operação no município também serão acompanhados de maneira a avaliar se os projetos estão contribuindo para desenvolvimento socioeconômico da localidade atendida. Por isso, a empresa se dispôs a publicar dados relacionados a aspectos sociais, ambientais e econômicos do município de São Gabriel (RS). Sua publicação será feita com base em dados públicos municipais, quando disponíveis.</p> <p>É importante frisar que o mesmo finalizadas, as obras e demais investimentos, existem outros fatores externos que podem influenciar o comportamento dos indicadores socioambientais no município (Viés de influência externa). Assim, não é esperado que haja por parte da São Gabriel Saneamento S.A. compromisso em impactar esses indicadores a curto prazo. Os indicadores socioeconômicos a serem reportados serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Taxa de mortalidade infantil a cada 1.000 nascimentos (#); (ii) Médias das internações por diarreia a cada 1.000 habitantes (#); (iii) Percentual médio da população com rendimento menor que ½ salário mínimo (%); (iv) Média do salário dos trabalhadores formais (em número de salários mínimos). <p>Com base em nossa avaliação, o quesito “Relato” possui alinhamento Confortável com os <i>Green e Social Bond Principles</i>. As lacunas encontradas dizem respeito à (i) Relato a ocorrer apenas até que os recursos sejam totalmente alocados e; (ii) O relato de impactos socioambientais ocorrerá a partir de um recorte municipal.</p>
--	--

Análise da Empresa:

Análise	Descrição
Performance ASG do projeto	<p>Desempenho foi avaliado como “Confortável” nas dimensões “Gestão Socioambiental”, “Ambiental”, “Trabalhadores” e “Comunidades”.</p> <p>Por meio dessa análise, concluímos que a São Gabriel Saneamento possui diversas práticas ASG associadas à dimensão ambiental, social e de governança, demonstrando <i>know how</i> técnico de suas atividades.</p>

Controvérsias ASG	A partir da análise realizada foi encontrada controvérsia recente relacionada ao lançamento de efluentes sanitários fora dos padrões de exigência na antiga ETE do município, envolvendo assim as atividades da empresa. O caso foi solucionado com o encerramento das atividades desta unidade e início das operações de uma nova estação de tratamento de efluentes sanitários.
Conclusão	Considerando as informações apresentadas acerca das características dos projetos, a NINT considera os projetos elegíveis para o recebimento de recursos rotulados como sustentáveis.

Equipe técnica responsável

Isabela Coutinho
Coordenadora
isabela.coutinho@nintgroup.com



Cristóvão Alves
Avaliador Líder
cristovao.alves@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 16/12/2022.

Declaração de Responsabilidade

A NINT não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da São Gabriel Saneamento S.A. ou de suas subsidiárias. A NINT declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures sustentáveis da SGS.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁴⁴ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁴⁴ A responsável final por esse relatório é a NINT – Natural Intelligence Ltda., que opera sob o nome fantasia de NINT.

III. Performance socioambiental dos projetos

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos elegíveis, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos mesmos em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição para uma economia de baixo carbono. Complementar a isso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Os projetos objetos dessa emissão tem como objetivo a Universalização dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de São Gabriel / RS. Os investimentos previstos no projeto de Universalização do Abastecimento de Água serão aplicados em perímetro urbano, com setorização, implantação de novas redes, substituição de redes antigas, construção e reforma de reservatórios e construção de elevatórias de água tratada. O regime de distribuição de água será alterado, passando a alimentar o reservatório diretamente pelas novas adutoras e realizando a distribuição a partir dos reservatórios elevados, apoiados e estações elevatórias. O projeto de Abastecimento de Água teve início em abril de 2022 e beneficiará 62.105 habitantes

O sistema de esgotamento sanitário previsto é do tipo separador absoluto, composto por 18 sub bacias, 18 estações elevatórias de esgoto, suas respectivas linhas de recalque e 1 estação de tratamento de esgoto. Atualmente o projeto de ampliação da rede de esgotamento sanitário está em execução de forma ininterrupta desde maio de 2019 e encontra-se 61,89% implantado.

A Tabela 5 apresenta detalhes sobre os projetos enquanto a Figura 1 mostra a localização de cada um deles.

Tabela 5 - Atividades previstas nos projetos de Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no município de São Gabriel - RS.

Projeto	Atividades Previstas
Abastecimento de Água	Serão implantados 11.928 metros de redes novas, com substituição de 21.900 metros de redes de água em estado avançado de depreciação. Serão ainda reformados 03 reservatórios elevados de água tratada, fazendo reforço estrutural e impermeabilização e pintura. Haverá também a construção de três reservatórios apoiados com volume de 200 m ³ a 2.000 m ³ de água tratada. Além de 02 elevatórias de água tratada para regulação da pressão em zonas altas
Esgotamento Sanitário	As principais obras previstas no projeto são a Substituição da antiga ETE por nova unidade com maior porte e eficiência; Ampliação de uma ETE para capacidade de tratar 108 L/s; Implantação de 18 elevatórias de esgoto; Implantação de 124 km de redes, interceptores, coletores troncos de esgoto; Implantação de 12.983 ligações prediais de esgoto.

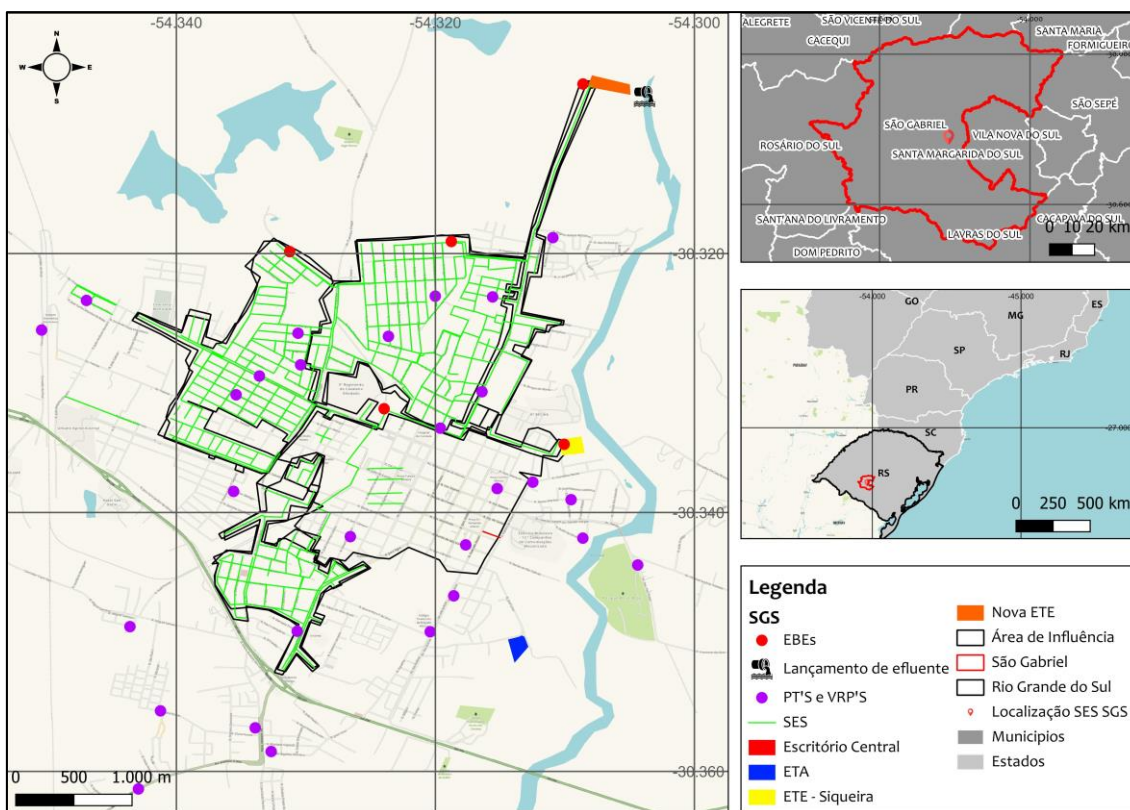


Figura 1: Localização dos projetos
 Fonte de dados: São Gabriel Saneamento
 Elaboração: NINT

Análise Socioambiental dos Projetos

A avaliação da performance socioambiental associada a implementação e operação dos projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário foi realizada considerando a atual fase dos projetos e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*⁴⁵. De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas - com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) - eventuais interferências dos projetos com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação⁴⁶, áreas quilombolas⁴⁷, assentamentos do INCRA⁴⁸, territórios indígenas⁴⁹, sítios arqueológicos⁵⁰, entre outros).

A performance socioambiental do projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como “**Confortável**” nas dimensões “Gestão Socioambiental”, “Ambiental”, “Comunidades” e “Trabalhadores”.
- Foi encontrada controvérsia relacionada ao lançamento de efluentes sanitários fora dos padrões de exigência na antiga ETE do município administrada pela Emissora. O Caso foi solucionado com o encerramento das atividades desta unidade e início das operações de uma nova estação.

⁴⁵ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴⁶ <http://mapas.mma.gov.br>

⁴⁷ <http://certificacao.incra.gov.br>

⁴⁸ <http://certificacao.incra.gov.br>

⁴⁹ <http://www.funai.gov.br>

⁵⁰ <http://portal.iphan.gov.br>

Mais detalhes sobre a performance ambiental dos projetos elegíveis encontram-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Análise da performance socioambiental dos projetos

Gestão socioambiental

Confortável

- **Licenças e autorizações ambientais:**

A Tabela 6 apresenta as licenças ambientais dos empreendimentos. Todos os documentos estavam válidos e não foram verificadas desconformidades legais em relação aos projetos financiados com esta emissão.

Tabela 6 - Licenças e Autorizações Ambientais relacionados aos projetos

Projeto	Licença/Autorização	Documento válido?	Número	Emissão	Validade
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	LO - Licença de Operação	Sim	02769/2020	05/2020	02/2025
	Outorga de Captação de águas Superficiais	Sim	PORTARIA DRH N° O-000.363/2019	09/2019	09/2024
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO	LOR - Licença de Operação de Regularização	Sim	03096/2018	05/2018	05/2023
	LO - Licença de Operação	Sim	02872/2021	11/2021	11/2026

Para ambos empreendimentos foram apresentados Relatórios de Atendimento à condicionantes do licenciamento ambiental, extraídos do sistema interno de acompanhamento da emissora, estando assim em regularidade junto ao órgão ambiental competente.

- **CAR**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012⁵¹, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Como pode ser observado na Figura 1, a região onde se localizam os empreendimentos é caracterizada predominantemente como área urbana. Portanto, não aplicável à apresentação do CAR.

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

A Emissora conta com um Sistema de Gestão Integrado com base nos padrões ISO 14.001; ISO 9.001 e ISO 45.001, bem como de um conjunto de procedimentos e normas operacionais que buscam um controle socioambiental efetivo para realizar o acompanhamento de requisitos legais relacionados a operação da unidade. Além disso, a Companhia possui contrato com empresa especializada para aprimorar a gestão

⁵¹ [LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.](#)

socioambiental na empresa e conta com rotinas de auditorias tanto internas quanto de fornecedores, assim como um Sistema de Gestão de Conformidade Legal que utiliza *Software* para a gestão de requisitos legais e indicadores de desempenho socioambiental.

Por meio dessa ferramenta são monitoradas as licenças, outorgas, documentos ambientais e atendimento das condicionantes, de forma a avaliar a conformidade das operações. Esse status é apresentado à alta administração, em reuniões avaliação de resultados.

Anualmente, a Emissora realiza uma verificação interna a fim de mapear os aspectos e avaliar os impactos ambientais dos processos, atividades e serviços desenvolvidos pelas unidades, bem como os critérios para avaliar a significância dos impactos, visando estabelecer medidas de controle para assegurar o atendimento a requisitos legais, ambientais e às políticas internas da empresa. Nesse sentido, a empresa conta com procedimentos de avaliação de riscos e oportunidades socioambientais do negócio.

Ambiental



- **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas - com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) - eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação, áreas quilombolas, assentamentos do INCRA, territórios indígenas, sítios arqueológicos, entre outros). A Figura 2 apresenta a região onde estão situados os projetos elegíveis, bem como os locais com restrições socioambientais. Dessa forma, não foram identificadas interferências em áreas legalmente protegidas em nenhum dos projetos avaliados.

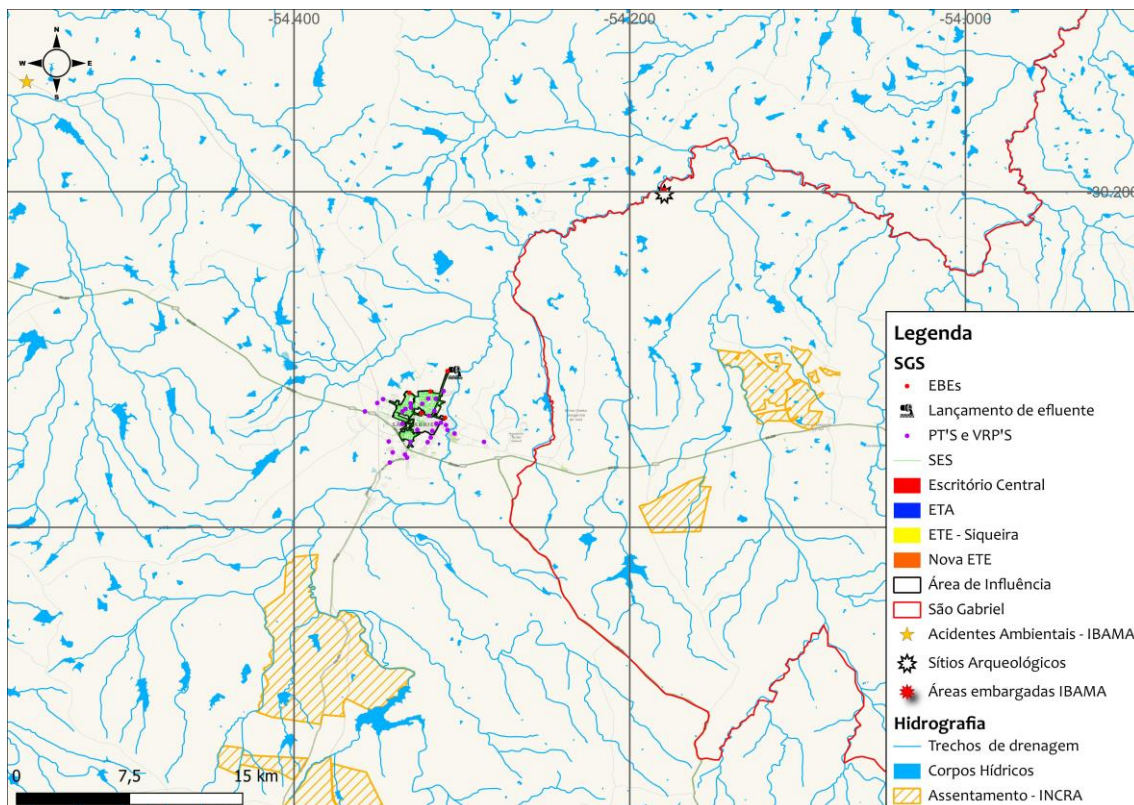


Figura 2: Localização dos projetos elegíveis e áreas com restrições socioambientais

Fonte de dados: São Gabriel Saneamento, IBAMA, IPHAN, INCRA

- **Interferência na biodiversidade local:**

Quanto à Intervenção em Vegetação Nativa e Manejo Florestal as licenças dos empreendimentos determinam que a supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais deve ser previamente autorizada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), conforme Art. 13, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140/2011.

Quanto a manutenções e obras emergenciais relacionadas ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a FEPAM autoriza a supressão de vegetação quando se tratar de situação de emergência ou situação que comprometa a potabilidade ou a continuidade dos serviços. Nesses casos, a empresa deve apresentar relatório pós corte acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no prazo de 60 dias.

Paralelamente foi realizada uma análise de conversão de vegetação, evidenciando que os projetos da objetos dessa emissão não acarretaram em supressão de vegetação nativa ou interferência na biodiversidade local.

- **Resíduos sólidos:**

A geração de resíduos sólidos é um dos principais impactos negativos de Estações de Tratamento de Água e Esgoto, os quais necessitam de um efetivo controle até sua disposição final. As licenças das estações de tratamento exigem a elaboração e implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), bem como correto tratamento e disposição final adequada.

Para mitigar os impactos e atender ao requisito da licença ambiental, a Emissora elaborou PGRS para suas unidades. O documento tem como objetivo orientar o manejo, o armazenamento temporário, o transporte e a destinação final dos resíduos gerados pela SGS, bem como adotar ações preventivas que evitem acidentes ambientais e ocupacionais, assegurando o atendimento aos requisitos legais.

O PGRS da São Gabriel Saneamento está alinhado às diretrizes do licenciamento ambiental, visando minimizar o impacto gerado sobre o meio ambiente e deve ser revisado anualmente ou quando houver mudanças na legislação. O documento determina que a gestão de resíduos deve obedecer a ordem hierárquica de gestão, devendo prioritariamente não gerar, reduzir, reutilizar, tratar e quando não houver alternativas viáveis, dispor em aterros licenciados para estes materiais, conforme sua classificação definida pelas normativas vigentes.

O Plano possui o diagnóstico dos resíduos gerados por classe, identifica a forma correta de segregação e armazenamento, o transporte a ser utilizado e as formas de destinação. O documento também inclui o plano de capacitação e um fluxograma dos processos a serem realizados. O PGRS conta define também as responsabilidades específicas de todos os envolvidos nas etapas de gerenciamento.

Complementarmente, a Emissora desenvolveu procedimentos operacionais específicos para a gestão e controle dos resíduos gerados, como a Norma Operacional (NP) nº 211 Operações da Central de Resíduos; NP 216 Coleta Seletiva e NP 185 Identificação de Aspectos e Impactos, Riscos e Perigos. Assim a empresa monitora desde a geração do resíduo até sua destinação final, passando pelos pontos de coleta, separação, transporte, destinação provisória, a destinação final e o sistema de controle de resíduos.

- **Recursos hídricos e efluentes:**

Esgotamento Sanitário:

É inerente a projetos de esgotamento sanitário a proteção dos recursos hídricos, pois esses evitam despejo de efluentes domésticos *in natura* em rios, lagos e mares.

Nesse sentido, O projeto de tratamento de esgoto financiado substituiu a antiga ETE do município. A nova ETE, licenciada em novembro de 2021 (L.O.2872/2021), entrou em operação ainda em março de 2022.

Segundo informado pela Emissora, a antiga estação de tratamento (L.O.R. 3096/2018) foi herdada quando a Companhia assumiu a concessão dos serviços de saneamento no município, e se encontrava tecnicamente inadequada para tratamento adequado de esgoto, além de possuir vazão de apenas 17 L/s. Esta ETE foi desativada no fim de março de 2022.

Por esse motivo se fez necessário a construção de uma nova unidade de tratamento de esgoto com adequações e melhorias no tratamento para atingir a eficiência exigida quanto aos padrões de lançamento.

A nova ETE iniciou recentemente suas atividades e opera com vazão de 54 L/s. Com a conclusão do projeto a vazão da estação alcançará o dobro da atual capacidade.

Dessa forma, espera-se que com a obtenção dos recursos ocorra a melhoria da qualidade do serviço prestado, refletindo na melhoria da qualidade de vida e diminuição de problemas sanitários como diarreia e desnutrição.

Abastecimento de Água:

A Emissora apresentou Outorga de Captação de águas Superficiais (Portaria DRH N°O-000.363/2019) válida até setembro de 2023.

O projeto inclui atividade de controle e redução de perdas, reduzindo assim o desperdício. Atualmente o IPD - Índice de Perdas no Sistema de Distribuição atinge 30% enquanto a meta contratual a ser atingida em 48 meses é de 25%.

A Companhia também busca aumentar a eficiência no uso de outros recursos, como produtos químicos e energia no processo de tratamento e abastecimento, realizando o gerenciamento contínuo destes indicadores.

Segundo evidências apresentadas pela Emissora, a ETA apresentou Índice de Regularidade do Abastecimento - IRA médio de 99,23% em 2021, superior a meta contratual (95%). Quanto ao Índice de Qualidade da Água Distribuída - IQAD, a estação atingiu 99,35% e superou a meta de 98%, atendendo também todos os parâmetros de tratamento definidos em legislação, a saber: Turbidez, CRL, pH, Fluoretos e Bacteriologia.

Segundo consta na Licença da ETA os efluentes líquidos provenientes do tratamento (lavagem de filtros e decantadores e percolado da secagem do lodo) deverão ser recirculados no processo, salvo quando verificado comprometimento da potabilidade ou contra indicação pelas autoridades sanitárias.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

Acerca da gestão de emissões atmosféricas e de GEE, as atividades da Emissora emitem quantidades pouco significativas de CO₂ equivalente, tendo potencial mais significativo de emissão de metano e gás sulfídrico nas ETEs, dessa forma, as mesmas são ponderadas através de três diferentes escopos.

Contudo, a São Gabriel Saneamento não apresentou Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), e não realizou o controle e cálculo anual de emissão de GEE. No entanto, não há por parte dos órgãos ambientais licenciadores demanda quanto ao monitoramento das emissões de GEE.

- **Saúde e segurança da comunidade:**

Os impactos previstos sobre a comunidade do entorno referem-se ao aumento de vibrações e ruídos, redução da qualidade do ar pelo levantamento de poeira e emissão de odor. Quando pertinente, as condicionantes das licenças preveem ações para controle desses impactos.

Para a implementação dos projetos foram desenvolvidos relatórios técnicos e estudos ambientais para subsidiar o processo de licenciamento. Nestes relatórios são elencadas medidas de mitigação de impactos como manutenção periódica dos veículos e equipamentos para redução de ruído e emissão de poluentes.

A geração de maus odores, em geral, está ligada a um desequilíbrio operacional. Nestas

ocasiões deve-se adotar como medida imediata a ativação de profissionais responsáveis, de maneira a se verificar e corrigir parâmetros operacionais indicadores dos problemas (correção de pH e alcalinidade, sobrecarga no sistema, aumento de ácidos voláteis na unidade anaeróbia, falta de oxigênio na unidade aeróbia, etc.).

Outra medida é a implantação de Cortina vegetal para minimizar odores e dispersão de poeiras. Foi apresentada como evidência do atendimento deste item a Declaração de Aprovação de Projetos Florestais que têm como objetivo a Reposição Florestal Obrigatória de 0,2 Hectares.

Como mencionado na análise da emissão, a melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, controle e redução de perdas de água, impactam positivamente as comunidades do entorno, pois melhoram a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde, reduzindo a incidência de doenças de veiculação hídrica e a proliferação de vetores.

Com o objetivo de manter contato e diálogo contínuo com a comunidade, a Emissora disponibiliza em seu *Website* canais de comunicação e ouvidora além de canais de atendimento para clientes e população.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Segundo análise de sensibilidade realizada para os projetos, não há evidências de impacto a comunidades tradicionais associadas aos empreendimentos em análise.

- **Reassentamento involuntário:**

De acordo com a análise realizada através da Figura 2, os projetos não apresentaram impactos sobre áreas com restrições socioambientais ou reassentamento involuntário. Foram ainda apresentados como evidência os Termos de Cessão de Posse de Bens e Termos de Acordo Administrativos celebrados entre a Prefeitura Municipal de São Gabriel e a Emissora para a instalação dos projetos.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Ainda conforme análise de sensibilidade realizada através do mapa apresentado na Figura 2, não foram evidenciados impactos em sítios arqueológicos.

- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

O Código de Conduta e Ética Empresarial da SGS é um documento único compartilhado por todos seus colaboradores. Ele é uma extensão dos valores da Companhia e reflete o compromisso com práticas de negócios éticos e em conformidade com a legislação. O Código resume os princípios e políticas e fornece informações sobre a conduta empresarial para apoiar e guiar funcionários na gestão ética e transparente de suas atividades. O código aborda questões como prevenção de assédio, práticas justas de emprego saúde, segurança e meio ambiente dentre outros.

Além disso, o Código de Conduta da São Gabriel Saneamento define que todos os colaboradores têm dever de assegurar ambiente de trabalho íntegro, honesto e seguro, e também identificar e denunciar quaisquer discriminações e violência dentro do ambiente de trabalho. Para isso, possui um Canal Confidencial para receber denúncias de qualquer natureza relacionadas às operações e relações de trabalho.

Com relação à contratação de prestadores de serviço, a SGS aplica questionários de avaliação de integridade. Estes questionários têm como objetivo analisar o perfil de conformidade dos potenciais parceiros comerciais e coligadas, a fim de apurar se aqueles possuem um sistema de integridade e atendem à legislação vigente. A Emissora monitora e audita o cumprimento de questões trabalhistas de fornecedores por meio do seu sistema de gestão.

- **Proteção da mão-de-obra:**

A São Gabriel Saneamento conta com uma Política de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente onde declara que tem como compromisso a “Valorização da Saúde - realizando ações de prevenção de doenças e lesões ocupacionais, bem como promovendo a segurança dos colaboradores na execução dos trabalhos”.

A Emissora conta com um Sistema de Gestão baseado nos padrões ISO 45.001, bem como de um conjunto de procedimentos e normas operacionais que buscam um controle dos requisitos de segurança de forma efetiva para realizar o acompanhamento de requisitos legais relacionados a operação das unidades. A Companhia possui rotinas de auditorias tanto internas quanto de fornecedores, assim como um Sistema de Gestão de Conformidade Legal e Software para a gestão de requisitos legais.

Para a gestão dos riscos ocupacionais, a empresa conta com o Plano de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), bem como Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), todos com prazos de validade vigentes e revisados periodicamente.

Os impactos negativos relacionados às condições de trabalho se referem à exposição a ruídos, calor, radiações ionizantes e não ionizantes, pressão atmosférica anormal, vibrações, frio, umidade, agentes físicos, químicos e biológicos, exposição a acidentes por altura, acidentes veiculares e exposição a riscos de saúde como, por exemplo, ergonômicos.

O PPRA determina as melhores condutas para cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e medidas e ações para mitigação dos riscos, como uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva), além de treinamentos e disponibilização de material informativo. Nesse sentido, a empresa

conta com procedimentos operacionais para avaliação de riscos, bem como normas internas para realização de inspeções de segurança, uso de EPI, permissão de trabalho, Análise Preliminar de Risco (APR) dentre outros.

Por meio das ferramentas de gestão são monitorados os indicadores de segurança de forma a avaliar a conformidade das operações. O status é apresentado à alta administração, em reuniões avaliação de resultados. Segundo evidências apresentadas, em 2021 a SGS realizou 251 Diálogos de Segurança (DDS), 128 inspeções de segurança em locais de trabalho e teve 501 dias de afastamento acumulado em função de 33 acidentes ocorridos no ano.

Como forma de prevenção, a Emissora realiza verificações internas periódicas a fim de mapear os riscos e avaliar os perigos dos processos, atividades e serviços desenvolvidos pelas unidades, bem como os critérios para avaliar a significância dos impactos, visando estabelecer medidas de controle para assegurar um ambiente de trabalho seguro para seus colaboradores.

Ademais, o programa de segurança do trabalho da Emissora possui diretrizes mínimas que permutem balizar as ações desenvolvidas, de acordo com procedimentos técnicos, a exemplo de treinamentos em procedimentos e processos específicos, além de ações voltadas à propagação de normas de conduta, orientações quanto a medidas de segurança preventiva, treinamentos em segurança individual e coletiva, controle de atendimento a padrões de segurança, contribuindo, dessa forma, para o atendimento das normas de segurança. Além disso, o programa estabelece ações que promoverão a saúde do trabalhador, assim como a adoção de práticas preventivas de acidentes e saúde do trabalho como hábitos saudáveis.

IV. Performance ASG da Emissora

A São Gabriel Saneamento S.A. assumiu a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade no dia 9 de maio de 2012. A escolha da SGS para gerir os serviços por 30 anos, em regime de concessão, resultou de um processo de licitação pública conduzido pela Prefeitura Municipal para escolha de uma empresa que por força de um contrato viesse a garantir que os investimentos e as melhorias necessárias à universalização dos serviços de água e esgoto no município definidos no Plano Municipal de Saneamento se concretizassem.

Encerrado o processo licitatório, conduzido sob a vigilância dos órgãos de fiscalização e controle do Estado, cumprindo o estabelecido no edital, foi criada uma nova empresa, na forma de uma Sociedade de Propósito Específica (SPE), cuja única e exclusiva finalidade é a gestão e cumprimento do contrato de concessão. A criação da empresa é uma exigência da Lei Federal 8.987 que regulamenta as concessões de serviços públicos no país, para garantir que os contratos possam ser controlados com rigor e transparência. A São Gabriel Saneamento S.A. possui os seguintes acionistas:

- VEGA - ENGENHARIA AMBIENTAL S.A, CNPJ 01.832.326/0001-48, com participação de 98%;
- GPO - GESTÃO DE PROJETOS E OBRAS LTDA, CNPJ 11.366.252/0001-55, com participação de 2%.

A avaliação do desempenho ASG da empresa foi feita com base nas políticas de escopo social, de segurança e saúde do trabalho e de fornecedores, diretrizes ambientais e políticas e códigos de conduta, ética, corrupção e de governança, em geral. Todas os documentos analisados eram referentes à São Gabriel Saneamentos S.A, enviadas pelas equipes responsáveis. Para a análise de controvérsias, recorreu-se à pesquisa em fontes jornalísticas.

• Ambiental

A SGS conta um Sistema de Gestão Ambiental formalizado de acordo com parâmetros ISO 14.001. A companhia possui uma Política de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente formalizada que estabelece as diretrizes corporativas quanto ao impacto de suas operações no meio ambiente e desenvolve processos e práticas internas que endereçam temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial⁵².

O enfoque trazido pela SGS para gestão ambiental na gestão dos seus empreendimentos, consiste em verificar, de forma integrada, melhores práticas ambientais, atendendo aos requisitos de qualidade, meio ambiente e segurança, e às normas e legislação vigente. O principal objetivo é dotar o empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução e o controle das ações planejadas nos Planos e Programas Ambientais e a adequada condução ambiental das atividades.

O Código de Conduta da Companhia também determina que a sua atuação, e de todos os colaboradores, deve ter estrita obediência à legislação e às normas ambientais, bem como indica como responsabilidade a busca pela otimização no uso de recursos naturais, pelo desenvolvimento sustentável, e pela a preservação da natureza e da biodiversidade.

⁵² <https://www2.sgssa.com.br/wp-content/uploads/2018/06/politicas-sgs.pdf>

- **Social**

O compromisso com a responsabilidade socioambiental é de fundamental relevância na implantação de empreendimentos de saneamento básico. Segundo a SGS, este compromisso está presente desde as avaliações iniciais e estudos de engenharia, até a execução e operação dos projetos. Para a Companhia, sanear uma cidade é trazer saúde para todos os seus habitantes, oferecendo água potável, retirando e tratando o esgoto das ruas para possibilitar um ambiente saudável, fundamental para um desenvolvimento sustentável.

O processo de comunicação social estabelece ações para minimizar os efeitos da implantação dos empreendimentos junto às comunidades afetadas direta ou indiretamente. O processo envolve abertura de canais de acionamentos à ouvidoria para atendimento das pessoas impactadas. Com o objetivo de manter contato e diálogo contínuo com a comunidade, a empresa disponibiliza em seu *website* canais de comunicação, além de canais de atendimento para clientes e população.

A Empresa possui programas e projetos socioambientais em conjunto com a comunidade local, como a realização do “Dia do Voluntariado”, que colabora com a melhoria das condições de um local e integra os colaboradores da São Gabriel Saneamento e seus familiares. A motivação para a realização do Dia do Voluntariado é seu potencial para despertar a consciência socioambiental nos colaboradores, fomentar a cultura do voluntariado entre eles e seus familiares, e participar de um processo de integração estimulando-os a agir de forma ativa e consciente na comunidade onde a empresa está inserida.

Além deste, a SGS desenvolve programas de educação ambiental como o “Teatro na Escola” e o projeto “Portas Abertas” buscando sensibilizar as crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas de São Gabriel, para os problemas socioambientais que vivenciam. O objetivo é que os participantes absorvam as mensagens e as retransmitam, transformando-os em agentes multiplicadores.

A empresa também conta com um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho robusto, com diretrizes de Segurança do Trabalho, Saúde e Regras de Segurança. Ademais, a empresa possui PPRA e PCMSO para suas unidades. Além disso, realiza Diálogos Diários de Segurança (DDS) com colaboradores e prestadores de serviços.

A identificação, avaliação e controle de riscos à saúde e segurança objetiva assegurar que todos os colaboradores sejam treinados, trabalhem em condições adequadas e com equipamentos de proteção individual e coletiva. A Emissora tem como requisito em todos os seus projetos que atividades só podem ser realizadas após a elaboração de uma APR (análise preliminar de risco).

Já em relação a Desenvolvimento Profissional, a empresa possui uma matriz de treinamentos que busca a capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores por meio de treinamentos técnicos e comportamentais oferecidos internamente.

Quanto a gestão de terceiros, a São Gabriel Saneamento possui processos de categorização de risco, aprovação do fornecedor, qualificação do fornecimento e avaliação da performance do parceiro. A etapa de aprovação de fornecedor compreende avaliações de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho realizadas na sede dos fornecedores de materiais e equipamentos.

Além disso, a São Gabriel Saneamento não consta na lista suja de trabalho em condições análogas às de escravo do Ministério do Trabalho e Previdência, de acordo com consulta realizada em dezembro de 2022⁵³.

Por fim, o Código de ética e Conduta da Companhia define que honestidade e ética são requisitos necessários aos colaboradores da SGS, independentemente do nível hierárquico. Para isto, não é permitido qualquer forma de assédio moral, sexual, constrangimentos ou intimidações, seja em atitudes ou palavras. A SGS deve responder prontamente eventuais reclamações de colaboradores, demais partes interessadas, além da comunidade, que podem ser realizadas por meio do Canal de Denúncias da Companhia.

- **Governança**

A São Gabriel Saneamento declara atuar com ética, respeito ao meio ambiente e à sociedade. As práticas estão alinhadas ao seu Código de Conduta e Política Anticorrupção do Programa de Integridade, isso significa que todos os públicos com os quais se relaciona, como colaboradores, acionistas, clientes, comunidades, fornecedores, prestadores de serviços e governos, devem seguir valores éticos e de transparência.

A SGS possui um Canal de Integridade para comunicação segura e anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente. O Canal também se destina ao recebimento de consultas e esclarecimentos de dúvidas a respeito do melhor procedimento a ser tomado pelos Colaboradores, Fornecedores, Clientes e Prestadores de Serviços caso ocorra alguma situação em que eles não se sintam confortáveis em termos de conduta e ética.

Qualquer colaborador pode tirar as dúvidas sobre situações específicas relacionadas à Política Anticorrupção, bem como relatar eventuais descumprimentos do Programa de Integridade, junto à Comissão de Conduta, através canais de comunicação.

O Código de Conduta Empresarial da São Gabriel Saneamento é uma extensão dos valores da Companhia com o intuito de refletir o compromisso com práticas de negócios éticos e em conformidade com a legislação.

O documento resume os princípios e políticas, além de fornecer informações sobre a conduta empresarial para apoiar e guiar seus colaboradores na gestão ética e transparente de suas atividades. O Código é revisado periodicamente e disponibilizado a todos os colaboradores, que contam com treinamentos anuais sobre o conteúdo do código com temas como: Fraude, má-conduta e lavagem de dinheiro; Responsabilidades para a empresa e contratados; Prevenção de assédio sexual; Práticas justas de emprego; Responsabilidade com os acionistas; Práticas contábeis, negociação e informação privilegiada; Conflito de interesses; Proteção e utilização de ativos da Companhia; Comunicações públicas, uso da marca e proteção da informação confidencial; Presentes e doações, dentre outros.

A Companhia assegura a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis emanados por órgãos e agências reguladoras, às políticas, normas e procedimentos internos estabelecidos. Ainda segundo a empresa, as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

⁵³ https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf

- **Controvérsias**

Foi realizado um estudo de controvérsias para identificar pontos de atenção quanto às atividades da empresa e seu desempenho ASG. Por meio dessa análise, concluímos que a São Gabriel Saneamento possui práticas ASG adequadas e *know how* técnico de suas atividades. Sendo assim, afirmamos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que a permitem receber recursos de um Título Sustentável.

Contudo, foi encontrada controvérsia recente relacionada ao lançamento de efluentes sanitários fora dos padrões de exigência na antiga ETE do município, envolvendo assim as atividades da empresa.

Ambiental	Nível de Severidade	Responsividade
<p>Dez/2021: Lançamento de efluente sanitário em desacordo com o estabelecido na legislação e licença ambiental.</p>	<p>Significativa: Foi constatado o lançamento de efluentes da antiga Estação de Tratamento de Esgoto (ETE - Siqueira), no aflente do Rio Vacacaí no município de São Gabriel (RS) fora dos parâmetros de lançamento exigidos na licença ambiental.</p>	<p>Remediativa: De acordo com a Emissora, no início da concessão dos serviços de saneamento no município, a Companhia assumiu a "operação da ETE Siqueira em condições adversas e que a estação se encontrava tecnicamente inadequada para tratamento adequado de esgoto".</p> <p>A SGS informou que era de conhecimento do órgão ambiental (DISA/FEPAM) a falta de capacidade de tratamento de alguns parâmetros, sendo exigido pelo órgão, através do Parecer 192/2018 (processo 001203-0567/18-5) a apresentação de um plano para adequação.</p> <p>Segundo a emissora, a solução encontrada e aprovada pela FEPAM, consistiu no encerramento das atividades da antiga ETE Siqueira, transformando-a em uma estação elevatória para encaminhar o esgoto a um novo projeto de ETE com capacidade para tratar adequadamente o efluente sanitário e atender aos padrões estabelecidos pela legislação.</p> <p>A SGS ainda relatou que esta ETE foi desativada no fim de março de 2022. A Emissora informou ainda que a nova ETE, licenciada em novembro de 2021, entrou em operação durante a fase de desativação da antiga estação e opera com vazão de 54 L/s.</p>

Anexo I - Método

A análise da NINT é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão - o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambientais positivos, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*, *Social Bond Principles (SBP)* e *Sustainability Bonds Guidelines (SBG)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Sustainability Bonds Guidelines*, Taxonomia da Finanças Sustentáveis da União Europeia e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Sustentável;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

- 2) Performance ASG da Empresa - avaliamos a empresa de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de *standards* reconhecidos internacionalmente, como GRI⁵⁴ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Legendas

Dicionário de definições e classificações adotadas neste relatório.

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração segundo a ISAE 3000.

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

⁵⁴ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

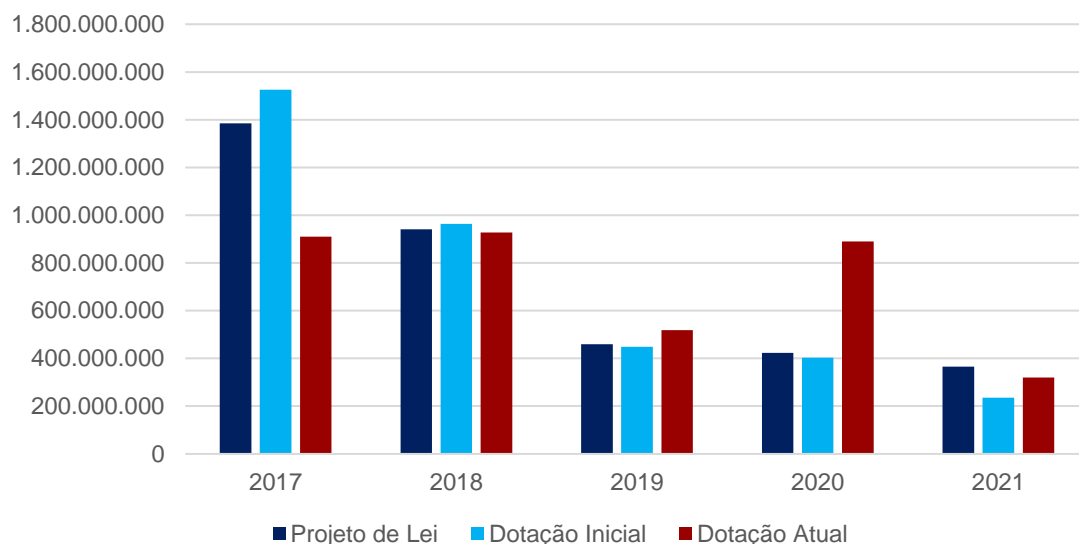
Nível de Severidade	
Pouco significativo	<i>Descumpre a lei e/ou afeta aos Stakeholders, mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.</i>
Significativo	<i>Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.</i>
Muito significativo	<i>Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.</i>
Crítico	<i>Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.</i>
Responsividade	
Proativa	<i>Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.</i>
Remediativa	<i>A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.</i>
Defensiva	<i>A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.</i>
Não-responsiva	<i>Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.</i>

Anexo II - Características socioambientais dos serviços de saneamento básico

O conceito de Saneamento Básico, no Brasil, é guiado pelo princípio da “universalização”, que consta na Constituição Federal de 1988, e que tem como objetivo oferecer serviço de coleta e tratamento de esgoto doméstico e abastecimento de água encanada, dentro dos critérios de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a toda a população.

No entanto, de 2010 a 2017, o investimento anual sofreu uma queda da até então média anual de R\$ 13 bilhões para R\$ 10,96 bilhões, o que acabou por postergar para 2050 a previsão para universalização dos serviços de saneamento (Instituto Trata Brasil, 2019).

Segundo dados públicos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)⁵⁵ tendência de queda de manteve também no período 2017 - 2021, apresentando redução de 84,5% na sua Dotação inicial. O Gráfico 1 ilustra o comportamento do orçamento federal para a função orçamentária Saneamento nos últimos quatro anos.



Projetos de saneamento demandam investimentos de grande monta que, porém, criam como contrapartida impactos positivos em saúde, educação, produtividade do trabalho, emprego e turismo que, segundo o Estudo do Instituto Trata Brasil, poderiam chegar a R\$ 1,12 trilhão em duas décadas (Instituto Trata Brasil, 2019).

Além disso, as obras civis massivas, inerentes à ampliação do acesso ao esgotamento sanitário, também carregam consigo o alto potencial de geração de empregos. A sua execução leva ao aumento da demanda por trabalhadores e à expansão da renda, com impactos econômicos diretos e indiretos a nível nacional, mas, principalmente, a nível local. Dados do Instituto Trata Brasil de 2018 demonstram que os R\$ 11,23 bilhões de

⁵⁵ O SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, é um sistema estruturante do governo brasileiro que suporta os processos de Planejamento e Orçamento e que hoje possui mais de 3000 usuários. Ele possui um portal do Orçamento com dados públicos do orçamento público federal. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqik04&anonymous=true

reais investidos por ano em saneamento entre 2004 e 2016 geraram, em média, 141.588 empregos e uma renda anual de R\$ 13,69 bilhões⁵⁶.

Além do fator econômico, o investimento em Saneamento Básico tem o impacto positivo na saúde da população atendida e uma economia no sistema público de saúde. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada R\$ 1,00 investido em saneamento há uma economia de R\$ 4,00 para a saúde pública⁵⁷. Isso se dá porque a falta de saneamento básico é a causa-base de doenças gastrointestinais e doenças transmitidas por vetores como o mosquito *Aedes aegypti*, como Dengue, Zika, Febre Amarela e Chikungunya.

É importante salientar que, segundo a OMS, mortes diarreicas são, em sua grande maioria (88%), causadas por complicações decorrentes de sistemas inadequados de acesso a água e tratamento de esgoto, sendo que, em escala global, 84% das mortes por causas diarreicas são de crianças de até 5 anos⁵⁸.

Adicionalmente, artigo da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia ANPEC (2011)⁵⁹ mostra que, no Brasil, no período de 1970 a 2000, para cada 1% adicional no número de residências contando com esgotamento sanitário adequado, observou-se uma queda de 48,7 mortes (a cada mil nascidos) na Taxa de Mortalidade Infantil. E este efeito não é observado somente no ano de implantação dos projetos, mas se prolonga, com parâmetros com níveis satisfatórios de confiabilidade, também em períodos posteriores aos de realização dos investimentos (“efeito retardado”).

Em 2017, 15,1% e 35,9% da população brasileira residia em domicílios sem acesso a rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto, respectivamente. Entre o grupo mais pobre, com Paridade do Poder de Compra (PPC)⁶⁰ abaixo de USD 5,5 por pessoa por dia, esse percentual é ainda mais crítico, sendo 25,8% e 55,6% da população não atendida por serviço de água e esgoto, respectivamente⁶¹.

Em 2020, 15,9% da população brasileira não possuía acesso à água, o equivalente a 33.102.066 pessoas. Já a parcela da população sem coleta de esgoto era de 45,0%, correspondente a 93.938.133 pessoas, segundo dados do Painel de Saneamento, do Instituto Trata Brasil⁶². No país, além da lacuna no oferecimento dos serviços, há uma desigualdade regional, estando a população com menor acesso a estes serviços, concentrada na região Norte e Nordeste (Tabela 7).

Tabela 7 - População sem acesso a serviços de saneamento (2020)

Região geográfica	População sem acesso à água (% da população) em 2020	População sem coleta de esgoto (% da população) em 2020
Norte	41,1	86,9
Nordeste	25,1	69,7

⁵⁶ https://tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/beneficios/Press_Release_-_Benef%C3%ADcios_do_saneamento_no_Brasil.pdf

⁵⁷ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/75140/WHO_HSE_WSH_12.01_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁵⁸ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/75140/WHO_HSE_WSH_12.01_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁵⁹ <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-5878a904f5f7a41f452f94d64d7f108a.pdf>

⁶⁰ A Paridade do Poder de Compra - PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PCC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional (ICP na sigla em inglês) era de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 no ano de 2011. Para chegar às linhas utilizadas aqui, os valores em dólar são convertidos em reais, tornados mensais e deflacionados pelo IPCA no nível das regiões até o ano mais recente (2017).

⁶¹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

⁶² <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=0>

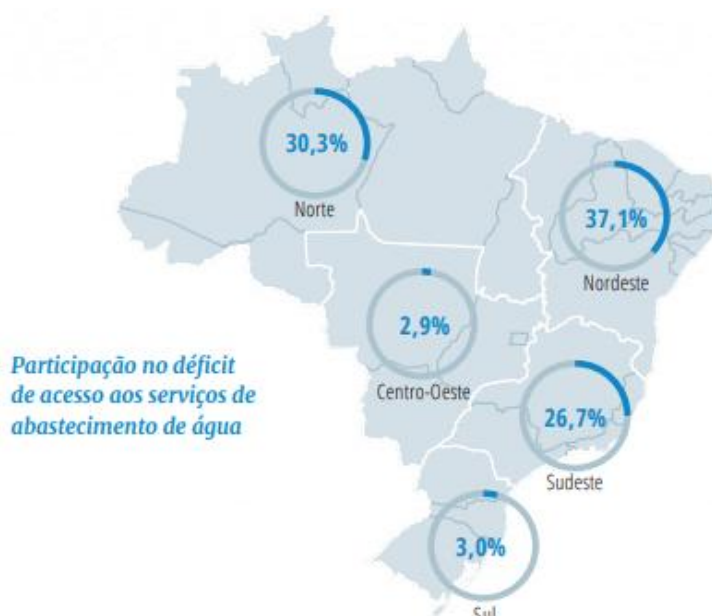
Sudeste	8,7	19,5
Sul	9,0	52,6
Centro-Oeste	9,1	40,5

A disparidade da renda e escolaridade das pessoas com saneamento e sem acesso a esses serviços é também crítica, como pode-se observar na Tabela 8 seguir.

Tabela 8 - Disparidade de renda e escolaridade de pessoas com acesso a saneamento em 2019

Em 2019	Com saneamento	Sem saneamento
Renda das pessoas (R\$ por mês)	3.028,06	514,99
Escolaridade (anos de educação formal)	9,23	5,34

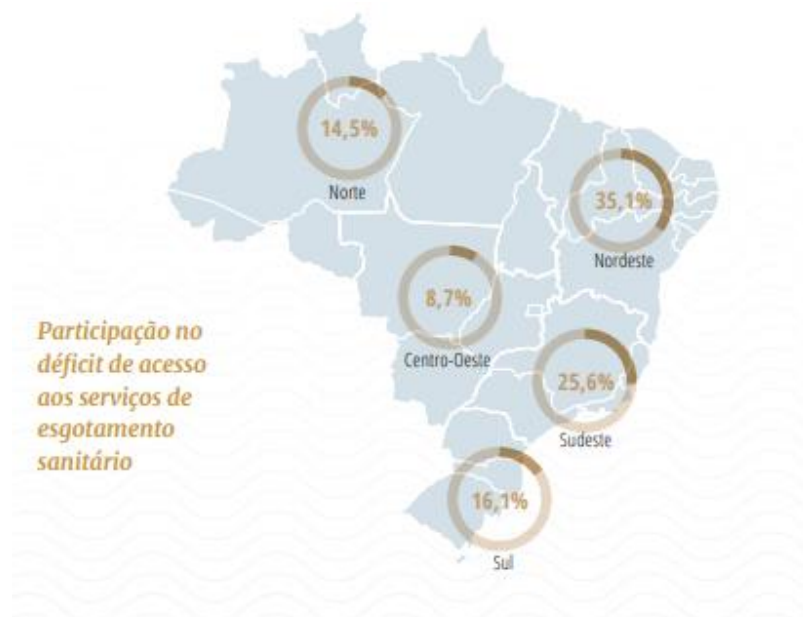
Em termos de disparidade de serviços de saneamento básico oferecidos no Brasil, a população que não é atendida com rede de distribuição de água representa um déficit no abastecimento, como mostra a Figura 3 a seguir⁶³.



Por meio da análise do déficit da população que não possui acesso aos serviços de abastecimento de água, é possível analisar o cenário de cada região geográfica brasileira e avaliar a necessidade de investimento. Em relação ao esgotamento sanitário, a disparidade regional é também crítica, como ilustrado a seguir⁶⁴.

⁶³ http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

⁶⁴ http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf



A desigualdade no acesso aos serviços de saneamento é um dos grandes fatores de perpetuação da desigualdade no país. O índice de Gini, que mensura a concentração de renda, passou de 0,6279 no quarto trimestre de 2019 para 0,640 no segundo trimestre de 2021, segundo levantamento da FGV⁶⁵. Essa desigualdade indica que são necessárias políticas estruturais de acesso a serviços básicos, geração de empregos e aumento da distribuição de renda, questões que estão dentro do alcance de impacto do investimento em infraestrutura e operação do escopo do saneamento básico.

Outro recorte importante para entender a relevância do benefício socioambiental do saneamento é o recorte de gênero. As mulheres desempenham trabalhos não remunerados (doméstico e de cuidados da família) três vezes mais do que os homens. Assim, as mulheres são mais impactadas quando membros da família adoecem por acesso inadequado a serviços de água e esgotamento. Também devido a esse papel, as mulheres estão em maior contato físico com a água contaminada e com dejetos humanos quando a infraestrutura de saneamento é inadequada. Essa situação aumenta a contaminação delas por doenças gastrointestinais, que levam ao afastamento das atividades cotidianas, comprometendo renda, estudos e, conseqüentemente, igualdade de gênero na sociedade.

De acordo com estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil “Mulheres e Saneamento”, em 2016, cerca de 15 milhões de mulheres não recebiam água tratada em suas residências e 12 milhões de brasileiras tinham acesso insatisfatório às redes de distribuição de água. Em relação à coleta de esgoto, 29,6 milhões de brasileiras não tinham acesso ao serviço, isso significa que uma a cada quatro mulheres vivia em situação precária do ponto de vista do saneamento básico.

Além do baixo índice de acesso aos serviços de água e esgoto, existem também problemas em relação à qualidade do serviço. 83% da população conectada à rede de abastecimento de água sofre com interrupção e problemas de qualidade da água. Em relação ao esgoto, apenas 45% dos domicílios ligados à rede de coleta de esgoto tem seu efluente tratado (Trata Brasil, 2018).

⁶⁵ <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-desigualdade-de-impactos-trabalhistas-na-pandemia>

Em relação às perdas hídricas, de acordo com o Painel Saneamento, em 2019, o Brasil perdia cerca de 39,2% na distribuição⁶⁶. A perda na distribuição também leva a perdas no faturamento, as quais atingiram 37,4% no mesmo ano. Ao compararmos os indicadores de perdas de água no Brasil com os padrões internacionais, observa-se que o sistema de abastecimento ainda apresenta grande lacuna em termos de eficiência. A média nacional das perdas de faturamento total em 2019 foi de 40,58%, 25 pontos percentuais acima da média dos países desenvolvidos, que é de 15%, e 5 pontos percentuais acima da média dos países em desenvolvimento, que é de 35%⁶⁷.

Desta maneira, investimentos em sistemas adequados de tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto, têm alta adicionalidade na prevenção de mortes por causas evitáveis, redução de gastos com saúde pública, geração de demanda por trabalho local, aumento da renda, desenvolvimento econômico e externalidades positivas tais quais aumento da produtividade do trabalho e do aproveitamento escolar infantil e juvenil.

Além do benefício social direto à população beneficiada pela ampliação do saneamento e melhoria de qualidade da água, existe um impacto positivo para a sociedade como um todo, que passa a ter melhoria de sua infraestrutura e redução de desigualdades intramunicipais entre os grupos previamente excluídos e a população.

Identificação da população alvo vulnerável

Um olhar mais próximo das condições sanitárias do município de São Gabriel, mostra uma situação de riscos críticos à saúde humana. A Tabela 9 apresenta a média de indicadores de acesso a serviços de saneamento e socioeconômicos do município de São Gabriel em contraste com as médias nacionais e do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9 - Indicadores médios de acesso a serviços de saneamento básico e socioeconômicos comparados com médias estadual e nacional.

Indicadores de acesso a serviços de saneamento básico e socioeconômicos	São Gabriel	Rio Grande do Sul (RS)	Brasil
Parcela da população total que mora em domicílios sem acesso à água tratada (% da população)	11,01%	13,3%	16,40%
Parcela da população total que mora em domicílios sem acesso ao serviço de coleta de esgoto (% da população)	36,9%	67,90%	46,90%
Taxa de incidência de internações por diarreia (Internações por mil habitantes)	0,9	0,44	1,01
Domicílios sujeitos a inundações	1,80%	2,49%	2,89%
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos	11,36	9,79	12
PIB per capita em R\$	29.026,39	40.468,49	33.593,82
Rendimento médio mensal em número de salários mínimos	2,1	1,74	1,4
População com rendimento mensal até 1/2 salário mínimo	35,1	-	35,07%

⁶⁶ https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=1&SE%5Bs%5D=13&SE%5Bid%5D=IN_PERDA

⁶⁷ https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Perdas_d%C3%A1gua/Estudo_de_Perdas_2021.pdf

No que se refere às doenças transmitidas por veiculação hídrica, a taxa de internações por diarreia a cada mil habitantes no Brasil foi de 1,01 em 2019. É importante destacar que esse valor foi calculado a partir das internações por diarreia em 2019 (212.666) e a população do país no mesmo ano (210.147.125), segundo consulta no Painel de Saneamento.

Analisando a média das internações por diarreias no município de São Gabriel (0.9), pode-se notar que a taxa das internações por diarreia é muito próxima à taxa nacional, o que sinaliza a necessidade de uma maior cobertura e eficiência nos serviços de saneamento no município.

A Tabela 9 mostra que nos quesitos de acesso a esgoto e de mortalidade infantil, o município de São Gabriel possui médias de acesso ao saneamento pior do que as médias estaduais. Outro ponto a ser destacado é o percentual da população municipal com exposição a desastres hidrológicos como inundações. A vulnerabilidade a desastres hidrológicos tem um efeito duplamente perverso tanto por caracterizar a vulnerabilidade socioambiental, quanto por catalisar a propagação de doenças de veiculação hídrica.

Apesar de as médias municipais apontarem um desempenho acima das médias nacionais para algumas variáveis econômicas e de saúde, destaca-se que a existência de vulnerabilidade não acarreta necessariamente em pobreza. O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)⁶⁹ define vulnerabilidade como as características e circunstâncias que dão susceptibilidade ao impacto de um processo potencialmente perigoso por fatores sociais, econômicos e ambientais.

Outros estudos reforçam ainda que condições de vida precárias, necessidades básicas insatisfeitas, como a insegurança de abastecimento, má qualidade de água e não acesso a saneamento básico, constituem objetivamente em um fator de desvantagem social e vulnerabilidade (Malta, 2018⁷⁰; Ezbakhe, Giné-Garriga, Pérez-Foguet, 2019⁷¹, UNECE & WHO Regional Office for Europe, 2012⁷²). Assim, considerando que a totalidade dos recursos da emissão será para ampliação do sistema de saneamento e, conforme visto na Tabela 9, no município alvo dos projetos foi identificada parcela da população que não tem acesso a esse serviço e por esse motivo estão em maior condição de vulnerabilidade pelas razões citadas acima.

⁶⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-gabriel/panorama>

⁶⁹ Acesso em: https://www.preventionweb.net/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf

⁷⁰ Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Fernanda_Siqueira_Malta.pdf

⁷¹ Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.05.207>.

⁷² Disponível em: https://unece.org/fileadmin/DAM/env/water/publications/PWH_No_one_left_behind/No_one_left_behind_E.pdf

Green and Social Bond Principles Form

Sustainability Bond

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: São Gabriel Saneamento S.A. (SGS)

Review provider's name: NINT

Completion date of this form: December 16th, 2022

Publication date of review publication: December 2024 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to NINT, the issuance is aligned with both the Green Bond Principles (GBP) and the Social Bond Principles (SBP) and is therefore eligible to the market as a Sustainability Bond. 84.3% of the proceeds of the issuance will be allocated to future investments to be made within 32 months after the issuance, while 15.7% of the proceeds will be used as reimbursement for expenditures and expenses made in the last 24 months in sanitation projects (water treatment and distribution and sewage collection and treatment) located in the municipality of São Gabriel, Rio Grande do Sul. São Gabriel Saneamento is a company fully dedicated to sanitation services in the municipality itself. 100% of the proceeds refer to the CAPEX of the eligible projects. The total amount of the issuance eligible for this Opinion will be R\$70.0 million, the offering will be under restricted efforts. SGS's eligible projects have a comfortable environmental and social performance.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The net proceeds from the issuance will be allocated to sanitation projects aimed at expanding and optimizing water treatment and distribution

and sewage collection and treatment systems in the municipality of São Gabriel in the state of Rio Grande do Sul.

The funds raised from this issuance represent 99.8% of the total budget of the eligible projects. Therefore, the labeled issuance does not exceed the total project costs.

Although guaranteed as a basic universal right under the Brazilian constitution, more than half of the Brazilian population still lacks access to sanitation services. The project aims to optimize the water treatment/distribution systems and expand access to sewage collection and treatment in the municipality.

These goals contribute to water resources management, decreasing water pollution, and providing basic infrastructure for those in vulnerable situations. Therefore, these goals, with environmental and social additionalities, fall into the GBP and SBP, and as provided by the Sustainability Bond Guidelines, the issuance is, therefore, eligible to obtain the Sustainability Bond label.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input checked="" type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input checked="" type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

Use of proceeds categories as per SBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Affordable basic infrastructure | <input type="checkbox"/> Access to essential services |
| <input type="checkbox"/> Affordable housing | <input type="checkbox"/> Employment generation (through SME financing and microfinance) |
| <input type="checkbox"/> Food security | <input type="checkbox"/> Socioeconomic advancement and empowerment |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with SBP categories, or other eligible areas not yet stated in SBPs | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

If applicable please specify the social taxonomy, if other than SBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The sanitation project focuses on improving water treatment and distribution services, reducing the losses inherent in the current system infrastructure, and universalizing access to sanitation and sewage treatment.

The issuance is aligned with the company's ESG strategy since the proceeds of the debts were used to improve the sanitation structure in the location where the company has a concession contract for sanitation services.

At both the issuer and project level, no critical controversies were found. SGS has a robust socio-environmental management system, demonstrating the ability to respond to the identified controversy.

São Gabriel Saneamento's water supply system has a high degree of energy efficiency, reaching 0.39 KWh/m³, thus below the 0.50 KWh/m³ stipulated as the maximum limit by the European Union taxonomy. Thus, the Issuer's management is considered aligned with the criterion of Water collection, treatment, and supply regarding the energy efficiency of the system.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Credentials on the issuer's social and green objectives | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Sustainability Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to identify and manage potential ESG risks associated with the project |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): 15.7% of the net proceeds will be used to reimburse costs and expenses incurred in the implementation of projects carried out in the last 24 months. The remaining 84.3% will be directed to finance future expenses and will be allocated within 32 months after the issuance.

100% of the proceeds will be directed to CAPEX for expansion and optimization of the sanitation systems. The value of the issuance does not exceed the total value of the projects. The proceeds will be managed by SGS's Finance Department until their complete allocation. Proceeds temporarily non-allocated will be kept in Bank Deposit Certificates (CDB), which represent a low risk of contamination. The issuance is classified as incentivized under Law 12,431/11 and therefore is subject to penalties and early termination clauses in case the proceeds are not allocated to the eligible projects.

Tracking of proceeds:

- Sustainability Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in an appropriate manner

- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input checked="" type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

4. REPORTING

Overall comment on section (*if applicable*): SGS is committed to reporting annually the project's environmental and social benefits until the complete allocation of the proceeds. All the information will be published on the company's website. The commitments described here will be subject to an external review by NINT within 24 months. SGS is committed to publishing the Second Party Opinion report.

Use of proceeds reporting:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information reported:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Impact reporting:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other ESG indicators (<i>please specify</i>): treated volume; benefited population; the average percentage of the population of the municipalities served, families served, the efficiency of the sewage treatment, | |

percentage of water loss, percentage of municipalities with infant mortality rates above the national average, average hospitalization rate due to diarrhea in the municipalities (per 1000 inhabitants), the average percentage of the population with income up to ½ minimum wage; average monthly salary of formal workers (per minimum wage), added treatment volume (sewage: m³/h, water: l/s), increase in the average percentage of served population. The environmental licenses status will also be included in the annual report.

Means of Disclosure

- | | | | |
|-------------------------------------|---|-------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | Information published in financial report | <input type="checkbox"/> | Information published in sustainability report |
| <input type="checkbox"/> | Information published in ad hoc documents | <input checked="" type="checkbox"/> | Other (<i>please specify</i>): <i>company's website</i> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Reporting reviewed (<i>if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review</i>): The report will be reviewed by NINT up to 24 months after the issuance, | | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<https://www.sgssa.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- | | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------|---------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Consultancy (incl. 2 nd opinion) | <input type="checkbox"/> | Certification |
| <input type="checkbox"/> | Verification / Audit | <input type="checkbox"/> | Rating |
| <input type="checkbox"/> | Other (<i>please specify</i>): | | |

Review provider(s):

Date of publication: 12/04/2022

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment

standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.

- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program.